AGROANALYSIS

A REVISTA DE AGRONEGÓCIO DA FGV

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS | VOL. 39 | Nº 12 | DEZEMBRO 2019 | R$ 15,00



RECUPERAÇÃO JUDICIAL DE PESSOA FÍSICA

CRÉDITO FICARÁ MAIS DIFÍCIL

FGV EESP
ESCOLA DE ECONOMIA DE SÃO PAULO

ISSN 0100-4298

BOI GORDO EXPECTATIVA DE ALTA PARA 2020

MERCADO INTERNACIONAL ACORDO BRASIL-CHINA PODE SER BOM PARA O AGRO

CAFÉ QUALIDADE DO PRODUTO É O PONTO-CHAVE



Investimento é a palavra do momento.

Por isso, chegou a hora de você investir junto com a gente.
Mas antes de tudo é preciso saber: quem é você na hora de investir?
Junto com o Pedro Andrade, você pode descobrir o seu perfil de investidor e chegar às melhores soluções para fazer o seu dinheiro começar a render mais.

- Fundos de Investimento
- Poupança
- Renda Fixa

Acesse **investindojuntos.com.br**,
descubra seu perfil e comece a investir seu dinheiro.

Sicredi

SAC 0800 724 7220 / **Deficientes Auditivos ou de Fala** 0800 724 0525. **Ouvidoria** 0800 646 2519.

FGV

Instituição de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, criada em 20 de dezembro de 1944, como pessoa jurídica de direito privado, tem por finalidade atuar no âmbito das Ciências Sociais, particularmente Economia e Administração, bem como contribuir para a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável.

Sede: Praia de Botafogo, 190, Rio de Janeiro - RJ, CEP 22253-900 ou
Postal Code 62.591 - CEP 22257-970 | Tel.: (21) 2559 6000 | www.fgv.br
Primeiro Presidente e Fundador: Luiz Simões Lopes
Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal
Vice-presidente: Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque, Sergio Franklin Quintella

CONSELHO DIRETOR
Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal
Vice-presidentes: Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque, Sergio Franklin Quintella
Vogais: Armando Klabin, Carlos Alberto Pires de Carvalho e Albuquerque, Cristiano Buarque Franco Neto, Ernane Galvêas,
José Luiz Miranda, Lindolpho de Carvalho Dias, Marcílio Marques Moreira, Roberto Paulo Cezar de Andrade
Suplentes: Aldo Floris, Antonio Monteiro de Castro Filho, Ary Oswaldo Mattos Filho, Eduardo Baptista Vianna, Gilberto Duarte Prado, Jacob Palis Júnior, José Ermírio de Moraes Neto, Marcelo José Basílio de Souza Marinho, Mauricio Matos Peixoto

CONSELHO CURADOR
Presidente: Carlos Alberto Lenz César Protásio
Vice-presidente: João Alfredo Dias Lins (Klabin Irmãos & Cia.)
Vogais: Alexandre Koch Torres de Assis, Andrea Martini (Souza Cruz S/A), Antonio Alberto Gouvêa Vieira, Eduardo M. Krieger, Estado da Bahia, Estado do Rio de Janeiro, Estado do Rio Grande do Sul, José Carlos Cardoso (IRB-Brasil Resseguros S.A), Luiz Chor, Luiz Ildefonso Simões Lopes, Marcelo Serfaty, Marcio João de Andrade Fortes, Miguel Pachá, Murilo Portugal Filho (Federação Brasileira de Bancos), Pedro Henrique Mariani Bittencourt, Ronaldo Vilela (Sindicato das Empresas de Seguros Privados, de Previdência Complementar e de Capitalização nos Estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo), Willy Otto Jordan Neto
Suplentes: Almirante Luiz Guilherme Sá de Gusmão, General Joaquim Maia Brandão Júnior, José Carlos Schmidt Murta Ribeiro, Luiz Roberto Nascimento Silva, Manoel Fernando Thompson Motta Filho, Nilson Teixeira (Banco de Investimentos Crédit Suisse S.A), Olavo Monteiro de Carvalho (Monteiro Aranha Participações S.A), Patrick de Larragoiti Lucas (Sul América Companhia Nacional de Seguros), Rui Barreto, Sergio Lins Andrade

Diretor da FGV-EESP: Yoshiaki Nakano
Diretor da FGV Projetos: Luiz Carlos Duque
Diretor da FGV-IBRE: Luiz Guilherme Schymura de Oliveira
Diretor da FGV-EAESP: Luiz Artur Ledur Brito

AGROANALYSIS
A REVISTA DE AGRONEGÓCIO DA FGV

Publicação mensal de agronegócio e economia agrícola do Centro de Agronegócio da Fundação Getulio Vargas

Conselho Editorial: Cleber Guarany, Marcelo Weyland Barbosa Vieira, Luis Carlos Guedes Pinto, Luiz Carlos Corrêa Carvalho, Ricardo Simonsen, Roberto Rodrigues e Yoshiaki Nakano
Editor-chefe: Antônio Carlos Kfouri Aidar
Editor Executivo: Luiz Antonio Pinazza
Colaboradores: Bruno Benzaquen Perosa e Felippe Cauê Serigati
Fundadores: Julian M. Chacel e Paulo Rabello de Castro

Capa: Patricia Werner, Fernanda Carvalho, Julia Travassos
Arte: Alexandre Monteiro
Revisor: Alexandre Sobreiro
Secretaria e Administração: Viviane de Carvalho
Coordenador da Produção Editorial: Evandro Faulin
Publicidade/Comercial: Viviane de Carvalho

Av. Paulista, 1.294, 15º andar,
Tel.: (11) 3799-4104 | Fax: (11) 3262-3569

contato@agroanalysis.com.br
www.fgv.br/agroanalysis

Acesse o site
www.agroanalysis.com.br
e nos acompanhe nas redes sociais.

Twitter: @agroanalysis
Instagram: /fgv.agroanalysis
Facebook: /fgv.agroanalysis

O AGRONEGÓCIO É O SEGUINTE

DECISÃO FAVORÁVEL À RECUPERAÇÃO JUDICIAL PODE REDUZIR O CRÉDITO

HÁ SINAIS de que o ritmo da recuperação da economia brasileira no último trimestre do ano esteja acima do esperado. As vendas no comércio melhoraram, indicando um final de ano melhor do que o suposto inicialmente. A indústria brasileira também tem observado alguma recuperação, embora as vendas externas tenham caído, particularmente por conta da crise argentina. Os dados apontam, também, a criação de novas vagas de emprego em diferentes setores de atividade.

Na edição anterior da ***Agroanalysis***, mencionamos que o megaleilão do pré-sal, que ocorreria na primeira semana de novembro, provavelmente iria desvalorizar o dólar, em virtude de uma entrada forte de divisas ocasionada pelo próprio leilão. Como é de conhecimento de todos, o leilão teve um resultado bastante aquém do esperado. O motivo foi a desistência de vários possíveis participantes devido à falta de clareza em relação a algumas regras do leilão. O resultado em si não foi ruim para o País. Há a perspectiva de que o Brasil possa receber muitos investimentos em petróleo e gás no futuro.

No entanto, a entrada bem menor de dólares fez com que o dólar se mantivesse em um patamar mais elevado do que o esperado. Vale lembrar que, com as taxas de juros muito baixas no Brasil, não há entrada especulativa de dólar, ou seja, entram apenas recursos de fato destinados para investimentos. Assim, apesar da folga cambial – o Brasil possui US$ 370 bilhões em reservas –, a moeda norte-americana vai buscar um patamar próximo de R$ 4,15 a R$ 4,20. É sempre bom lembrar que o mundo está muito turbulento, podendo ocasionar soluços nesse número, o que é bom para quem exporta e ruim para quem importa. E, nesse segundo caso, é fundamental conhecer, e usar, instrumentos de seguro cambial (*hedge*).

A inflação e as taxas de juros devem continuar comportadas, mas deve-se sempre lembrar que, com uma inflação anual de 3,5%, uma taxa de juros de 7,0% ao ano é cara para o setor agropecuário, cuja margem de lucro é baixa. Mais do que nunca, com essa realidade de câmbio e de juros, é preciso saber usar muito bem os instrumentos de proteção financeira.

Não há dúvida de que uma parcela importante do sucesso do agronegócio brasileiro se deve à criação de um amplo sistema de crédito rural oferecendo linhas de crédito mais favoráveis ao produtor. No entanto, as dificuldades fiscais por que passa o governo federal fizeram com que houvesse uma significativa queda na participação do crédito rural oriundo da política pública (juro controlado), ao mesmo tempo em que aumentou a participação do setor privado no financiamento da safra brasileira. Contudo, a decisão favorável do Superior Tribunal de Justiça (STJ) à Recuperação Judicial (RJ) de Pessoas Físicas (PFs), publicada em novembro, pode trazer impactos profundos sobre o sistema de financiamento do agronegócio, sobretudo nesse novo contexto, fazendo com que as condições de crédito sejam estabelecidas em patamares muito mais próximos daqueles adotados em outros setores da economia. A vantagem proporcionada à ação oportunista de poucos imporá custos elevados para a imensa maioria dos agricultores.

No mercado externo, é de amplo conhecimento que a China é o principal parceiro comercial do agronegócio brasileiro. Diante desse fato, valeria a pena para o setor celebrar um acordo de livre-comércio com esse país? A resposta é "sim". O fato de que o Brasil poderá vir a celebrar um acordo bilateral com a China pode trazer vantagens para o agronegócio nacional. Os produtos brasileiros poderiam chegar de forma ainda mais competitiva ao mercado chinês. Além disso, considerando que o agronegócio importa, essencialmente, insumos de produção e matérias-primas, o custo para aquisição desses produtos poderia ser reduzido, melhorando ainda mais as vantagens para o produtor brasileiro.

Prova da relevância do mercado chinês para o Brasil é o forte movimento de

alta do preço da carne bovina ocorrido neste segundo semestre. As principais causas, segundo especialistas, foram o crescimento da demanda de carne bovina pela China, a menor oferta de bovinos para abate e a espera por retomada do crescimento da economia brasileira. Somados, esses fatores apontam uma boa expectativa para a bovinocultura de corte em 2020.

Como entrevistado do mês, a ***Agroanalysis*** traz Leonardo Sologuren, presidente do Comitê Estratégico Soja Brasil (CESB), que é uma entidade sem fins lucrativos formada por profissionais e pesquisadores de diversas áreas que se uniram em prol da sojicultura nacional. O seu principal produto é o Desafio de Máxima Produtividade, criado em 2008. A entrevista aborda as ações executadas ao longo dos onze anos de existência da entidade comprometida em promover o aumento da produtividade da soja.

Foi apresentada, em 31 de outubro último, em Brasília, com a presença da ministra Tereza Cristina, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), e do ministro Ricardo Salles, do Ministério do Meio Ambiente (MMA), a CropLife Brasil. A entidade representará algumas das principais empresas especializadas em pesquisa e desenvolvimento de novas soluções nas áreas de sementes, biotecnologia e defensivos químicos e biológicos. A missão da CropLife Brasil será fomentar a inovação e o uso das mais modernas tecnologias nas lavouras brasileiras. A CropLife é uma instituição com mais de cinquenta anos de história e escritórios nos Estados Unidos, no Canadá, na Austrália, na África e no Oriente Médio.

Para encerrar, tem-se a publicação da 14ª edição do Caderno Especial Café, produzido pelo Conselho Nacional do Café (CNC). A fase tem sido de amplo esforço para superação do movimento cíclico de baixa nos preços. Existe uma dinâmica em ação por meio dos nichos de cafés especiais e da impulsão do café solúvel para a abertura de novos mercados.

A ***Agroanalysis*** agradece a atenção dos seus leitores, colaboradores e patrocinadores ao longo de 2019 e deseja a todos um próspero 2020. ■

LEIA A *AGROANALYSIS* NA INTERNET E NOS ACOMPANHE NAS REDES SOCIAIS.

TWITTER: @AGROANALYSIS
INSTAGRAM: /FGV.AGROANALYSIS
FACEBOOK: /FGV.AGROANALYSIS
WWW.AGROANALYSIS.COM.BR



SUMÁRIO

04 EDITORIAL

07 ENTREVISTA
LEONARDO SOLOGUREN
GANHOS DE PRODUTIVIDADE DA SOJA SURPREENDERAM E SURPREENDERÃO

10 FRASES & COMENTÁRIOS

12 MACROECONOMIA
SINAIS CONCRETOS

13 AGRODROPS

18 MERCADO & NEGÓCIOS

18 CAPA UM ACORDO BILATERAL BRASIL-CHINA FAZ SENTIDO PARA O AGRO?

20 QUARENTA ANOS DO CARRO A ETANOL

22 CAPA DISPARADA NOS PREÇOS DO BOI GORDO

24 POLÍTICA AGRÍCOLA

24 CAPA NOVO ENTENDIMENTO SOBRE A RECUPERAÇÃO JUDICIAL NO AGRONEGÓCIO

26 SUSTENTABILIDADE

26 CONTRIBUIÇÃO DO PLANTIO DIRETO PARA A MITIGAÇÃO E A ADAPTAÇÃO ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS

28 BRASIL AGROAMBIENTAL

28 MOBILIZANDO CAPITAL PRIVADO PARA A ECONOMIA DE BAIXO CARBONO

29



LANÇAMENTO DA CROPLIFE BRASIL
CROPLIFE BRASIL É LANÇADA PARA FOMENTAR A INOVAÇÃO E O USO DAS MAIS MODERNAS TECNOLOGIAS NAS LAVOURAS BRASILEIRAS

38



CAPA ESPECIAL CAFÉ

44 COOXUPÉ
PROGRAMA ESPECIALÍSSIMO PREMIA OS MELHORES CAFÉS DA SAFRA 2018/19

46 FAESP
O ESTADO DA ARTE DA LEI DA INTEGRAÇÃO

47 DIÁRIO DE BORDO
DECRETO SURPRESA

48 PRODUZIR
A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA NA AMAZÔNIA

49 OPINIÃO
PROSPECTAR O FUTURO É FAZER PARTE DELE

50 REFLEXÃO
O CENSO É UM BANCO DE DADOS PARA CONVERSARMOS

GANHOS DE PRODUTIVIDADE DA SOJA SURPREENDERAM E SURPREENDERÃO

LEONARDO SOLOGUREN
Presidente do Comitê Estratégico Soja Brasil (CESB)
Da Redação

O presidente do CESB fala das ações executadas nos onze anos de existência da entidade comprometida em promover o aumento da produtividade da soja nacional.

LEONARDO SOLOGUREN é o atual presidente do CESB (gestão 2019-2020), sócio-diretor da Horizon e conselheiro do Conselho de Informações sobre Biotecnologia (CIB). Formou-se em Engenharia Agronômica pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU) e se tornou mestre em Economia pela mesma universidade, onde desenvolveu a sua dissertação focada em estratégias competitivas voltadas ao sistema agroindustrial da soja.

O CESB é uma entidade sem fins lucrativos formada por profissionais e pesquisadores de diversas áreas que se uniram em prol da sojicultura nacional. O seu principal produto é o Desafio de Máxima Produtividade, criado em 2008. A cultura foi a grande protagonista do ciclo recente e moderno da expansão do agronegócio nacional. Pelas projeções de renomados órgãos, o ritmo de crescimento da soja persistirá nas safras vindouras. Apesar de ter uma história relativamente curta, o CESB deixa exemplos e iniciativas interessantes a serem aprimorados nos próximos anos.

AGROANALYSIS: DE ONDE VIERAM AS PRIMEIRAS SEMENTES PARA A CRIAÇÃO DO CESB?

LEONARDO SOLOGUREN: A ideia do CESB começou a ser concebida em 2007, quando um grupo de profissionais da área com diversas *expertises* uniram-se com o objetivo de discutir as estratégias e as ações para estimular a ampliação da produtividade média da soja no Brasil. Naquele momento, a produção de sacas por hectare no País estava estagnada há cerca de dez anos, mesmo diante de um cenário de inovações tecnológicas, como a adoção crescente de biotecnologia, por exemplo. Queríamos entender quais eram as dificuldades e os desafios do produtor brasileiro para tomar decisões efetivas no sentido de elevar a sua média produzida, com a incorporação de temas desde o manejo até a difusão e a capacitação tecnológica.



HENRIQUE CAMPINHA/DIVULGAÇÃO CESB

“OS TRABALHOS GIRAM EM TORNO DE *CASES* REAIS EXTRAÍDOS DO CAMPO DAS REALIZAÇÕES DOS PRÓPRIOS PRODUTORES.”

MEDIR A COMPETIÇÃO DA PRODUTIVIDADE REPRESENTA UMA IDEIA ANTIGA?

LS: O Desafio de Máxima Produtividade do CESB foi implantado logo no início da instituição. A primeira campanha ocorreu na safra 2008/09. Essa era a forma encontrada para provocar o setor e entender se os produtores conseguiriam desafiar a si mesmos, com aumento das produtividades por meio das tecnologias já existentes. No primeiro ano, contou-se com a participação de 140 componentes, sendo a média registrada pelos dez primeiros colocados de 77,8 sacas por hectare naquele momento.

O desafio ganhou gradativamente maior proporção. Na campanha agrícola 2018/19, o número de participantes saltou para 4.400. Os primeiros colocados alcançaram uma média de 118,62 sacas por hectare. Nesse processo, o CESB consolidou-se como uma referência nacional na discussão do tema da produtividade. Os trabalhos giram em torno de *cases* reais extraídos do campo das realizações dos próprios produtores. A competição entre os participantes funciona de modo similar à Fórmula 1 para o setor automobilístico.

EXISTEM PROJETOS SIMILARES NOS EUA?

LS: Não há iniciativas com o mesmo propósito que aplicamos aqui. As competições por maiores ganhos de produtividade acontecem nos EUA, mas o objetivo do CESB agrega uma amplitude maior. Ao final do trabalho, incitamos os agricultores a replicarem o manejo e a utilização tecnológica em todas as regiões. Buscamos pensar sempre em estratégias lúcidas. O nosso esforço busca estimular o produtor rural brasileiro a aumentar a produtividade com sustentabilidade.

COMO FOI O GRAU DE ACEITAÇÃO ENTRE OS ÓRGÃOS GOVERNAMENTAIS E AS EMPRESAS PRIVADAS?

LS: Com muita esperança, começamos com apenas um patrocinador. À medida que caminhou com ganho de escala, a importância do Desafio de Máxima Produtividade também teve a sua repercussão aumentada. As empresas começaram a entender de forma mais profunda o alcance do nosso propósito. Naturalmente, mais companhias do setor privado mostraram-se interessadas em se integrar ao projeto. Hoje, contamos com 25 patrocinadores e apoio de outras instituições representativas do setor, a exemplo da Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG), da Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (ABIOVE), da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), da Fundação de Apoio à Pesquisa Agropecuária de Mato Grosso (Fundação MT), entre outras. Mantemos interlocução constante com órgãos do governo. Estamos abertos a passos maiores em termos de grandeza. O interesse é um só: impulsionarmos o principal setor do agronegócio brasileiro.

FORMAR UM *FUNDING* ESTÁ ENTRE OS MAIORES DESAFIOS?

LS: Sem dúvida. Diante da questão cultural, junto à ausência de incentivos tributários, a possibilidade de captação de recursos para fins públicos fica limitada. Como somos uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), não temos objetivos lucrativos. Há uma razão superior para o nosso propósito ultrapassar a questão da produtividade. No resultado final, o aumento da produtividade representa sustentabilidade para a segurança alimentar. Estudamos várias formas alternativas para formar um *funding*, principalmente com fontes internacionais. Faz parte do escopo do CESB a responsabilidade de o Brasil ser uma das maiores plataformas fornecedoras de matéria-prima para a cadeia global de proteína animal.

AS TECNOLOGIAS APLICADAS NA CULTURA DE SOJA VARIAM NO BRASIL?

LS: Com certeza! Há uma diversidade enorme de produtores e regiões com adaptações conforme topografia, clima e solo. O Brasil é um país de tamanho continental, que possui seis biomas diferentes. Essa adaptação já começa pela própria variedade da soja, com grande diversidade para atender cada local onde há produção.

A variabilidade das texturas e os tipos de solo exigem manejos de nutrição diferentes. Já o clima influencia os maiores ou menores focos de doença e o alastramento de insetos e pragas, com exigência de condições específicas na aplicação de defensivos agrícolas. Mesmo em uma determinada região, a tecnologia aplicada pode mudar de um ano para o outro, pois a agricultura é uma fábrica a céu aberto, com condições de produção que não são 100% controladas pelo homem. É um desafio a cada safra.

HÁ UMA RELAÇÃO ENTRE A CULTURA, A CONQUISTA DO CERRADO E O SISTEMA DE PLANTIO DIRETO NA PALHA?

> **“NO RESULTADO FINAL, O AUMENTO DA PRODUTIVIDADE REPRESENTA SUSTENTABILIDADE PARA A SEGURANÇA ALIMENTAR.”**

LS: Na década de 1970, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) realizou um trabalho extraordinário: demonstrou a possibilidade de promover a produção de alimentos em áreas do Cerrado, até então consideradas inapropriadas para tal prática. A primeira cultura a ser explorada foi o arroz, em consórcio com forrageiras, para ajudar a correção da acidez do solo.

Esse consórcio, conhecido como Sistema Barreirão, é utilizado até hoje para as áreas destinadas à recuperação de pastagem. Depois, veio o Sistema Santa Fé, que, além de também consorciar grãos com forrageiras, produzia palhada com intuito de aumentar a matéria orgânica do solo para as lavouras seguintes. Nascia, assim, o sistema de plantio direto, sem a retirada da palhada. Evitava-se, desta forma, o revolvimento do solo, com o aumento da sua conservação, além de se propiciar a redução da temperatura do solo.

A conquista tecnológica do Cerrado tropical foi uma obra inédita. A evolução da soja nesse bioma teve um papel crucial para o desenvolvimento econômico no interior do País. Essa expansão representou a pedra de toque fundamental para a criação de diversos municípios muito prósperos e de alto Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

QUANDO SE TRATA DE SUSTENTABILIDADE, OS INOCULANTES REPRESENTAM UM INSUMO PRECIOSO?

SL: Sem dúvida, essa capacidade da leguminosa, como a soja, de fazer a Fixação Biológica de Nitrogênio (FBN) trouxe uma força para a competitividade econômica da lavoura. Espera-se que a tecnologia se estenda para as culturas de cereais, cana-de-açúcar, café etc. Apesar de ser uma operação relativamente simples, com a inoculação, o produtor não precisa aplicar o nitrogênio. É uma redução importante no custo de produção. Amplamente difundida no Brasil, a prática, com inovação, aprimora-se tecnologicamente.

OS RESULTADOS OBTIDOS PELO CESB SURPREENDERAM NO PASSADO E SURPREENDERÃO NO FUTURO?

LS: Quando olhamos para trás, com certeza, surpreenderam muito. Nos primórdios da criação do CESB, a visão de que a produtividade poderia superar 100 sacas por hectare significava um mito ou, podemos dizer, uma hipótese distante. Mas o tempo foi implacável. Além de esse resultado ter sido ultrapassado, o campeão do desafio promovido na safra 2016/17 atingiu 149,10 sacas por hectare. Na temporada 2018/19, foram 216 produtores, com médias acima de 90 sacas por hectare. Fica evidente o mistério de ainda não se conhecer o potencial produtivo da soja. Por isso, quando se olha para frente, acredita-se no aparecimento de novas surpresas. Essa constitui uma faceta interessante do trabalho do CESB. ■

> **“A EVOLUÇÃO DA SOJA NESSE BIOMA [CERRADO TROPICAL] TEVE UM PAPEL CRUCIAL PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NO INTERIOR DO PAÍS.”**



HENRIQUE CAMPINHA/DIVULGAÇÃO CESB

FRASES & COMENTÁRIOS

"A Medida Provisória (MP) nº 897 representa um divisor de águas para o crédito rural brasileiro, com ferramentas para simplificar e dar segurança para quem investir no Brasil."

TEREZA CRISTINA, ministra do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), sobre a chamada MP do Agro

"A MP nº 897 introduz medidas ligadas ao crédito e ao financiamento de dívidas de produtores rurais, como o Fundo de Aval Fraterno (FAF) e o patrimônio de afetação. Além disso, amplia as garantias oferecidas em operações de crédito rural, expande o financiamento do agronegócio com recursos do mercado de capitais e traz mais competição ao crédito rural (...). A aprovação [de tal MP] deve ocorrer até março de 2020."

LUIS CARLOS HEINZE, senador (PP/RS) presidente da comissão mista que estuda a MP nº 897

"O FAF facilitará o acesso do produtor rural às linhas de crédito para fazer a renegociação das dívidas (...). O sistema funciona como um fundo solidário em que os credores poderão organizar grupos de devedores para fazer o aval cruzado."

PEDRO LUPION, deputado federal (DEM/PR) relator da MP nº 897

"O patrimônio de afetação permite ao produtor fracionar a sua propriedade de forma que cada parte possa ser oferecida como garantia para contrair empréstimos (...). Esse regime torna possível renegociar junto aos bancos a troca da garantia por uma fração menor da propriedade, liberando o restante para ser usado em outros financiamentos."

ROBERTO BALESTRA, deputado federal (PP/GO) membro da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA)



ANTONIO CRUZ/AGÊNCIA BRASIL

"O Plano Safra 2019/2020 demonstrou que, num cenário de restrição fiscal, o crédito rural receberia menos recursos. Com o novo modelo desenhado e apresentado pela MP [nº 897], poderemos ampliar a oferta de recursos para além das linhas tradicionais de financiamento."

ARNALDO JARDIM, deputado federal (Cidadania/SP)

NOTA EDITORIAL: tais resultados podem ser afetados pela aprovação da recuperação judicial de pessoa física no agronegócio.



"Quando chegarmos à mistura de 15% de biodiesel no diesel (B15) em 2023, a indústria local de soja terá de processar 8 milhões de toneladas a mais de grãos. Vamos dos atuais 44 milhões de toneladas por ano para cerca de 54 milhões de toneladas."

"A política de biodiesel do Brasil tem a peculiaridade de determinar a mistura mínima, mas permite que as distribuidoras de combustíveis façam misturas mais altas, acima de 11%, que vão até o B15 [(15%)]."

ANDRÉ NASSAR, presidente da Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (ABIOVE)

"Em pauta no Congresso Nacional, a nova Lei Geral do Licenciamento Ambiental deve trazer um novo marco legal, com quebra da burocracia e respeito às diversas peculiaridades regionais do País."

"Vivemos em um emaranhado de normativas, com Decretos, Resoluções, Instruções Normativas e Portarias que se misturam e causam uma verdadeira inoperância aos órgãos ambientais."

JOSÉ MÁRIO SCHREINER, deputado federal (DEM/GO) e presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais/Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Sistema FAEG/SENAR)



MARCELO CAMARGO/AGÊNCIA BRASIL

"Agradecemos a confiança e continuaremos no esforço para garantir a melhor representação política que a FPA pode fazer pela agricultura brasileira."

"Trabalharemos na imagem do setor para a população urbana conhecer a sustentabilidade e a segurança na produção de alimentos do Brasil."

ALCEU MOREIRA, deputado federal (MDB/RS) reeleito presidente da FPA para 2020



"O seguro rural deve evitar o abandono da atividade por produtores endividados devido a eventos climáticos e queda de preço na comercialização."

"Não se trata de acabar com o subsídio na agricultura, mas de direcioná-lo do crédito para o seguro de renda e de preços (...). Essa migração deve ser paulatina e acontecer à medida que os produtores rurais se organizarem para melhor negociar o crédito no sistema financeiro."

ROGÉRIO BOUERI, subsecretário da Subsecretaria de Política Agrícola e Meio Ambiente do Ministério da Economia

SINAIS CONCRETOS

ROGÉRIO MORI
Professor da Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getulio Vargas (FGV-EESP)

TUDO INDICA que a economia brasileira esteja registrando um ritmo de recuperação acima do esperado no último trimestre do ano. Embora os indicadores da atividade econômica ainda não apontem todos para a mesma direção, fica claro que o ritmo de crescimento econômico apresentou alguma aceleração nos últimos meses do ano.

As vendas no comércio melhoraram e, embora não apresentem uma trajetória de rápida recuperação, indicam um final de ano melhor do que o suposto inicialmente. Esse fato tem animado o varejo, que viu na recuperação das vendas uma indicação de que a atividade econômica está retomando de maneira um pouco mais robusta.

A indústria brasileira também tem observado alguma recuperação, mas as vendas externas caíram duramente, particularmente por conta da crise argentina. De qualquer forma, os sinais são de que o mercado interno esteja em recuperação, o que sinaliza positivamente a atividade industrial brasileira.

Os sinais mais recentes apontam, também, uma recuperação do nível de emprego na economia brasileira. Os dados apontam a ocupação de novas vagas em diferentes setores de atividade. Caso a recuperação seja mantida, a tendência é que o emprego continue a crescer nos próximos meses.

Os indicadores de confiança do consumidor e do empresariado brasileiro também apontam para a direção positiva, indicando um maior otimismo com o desempenho da nossa economia nos próximos trimestres.

A partir dessas informações, as projeções de crescimento da economia brasileira foram revistas para cima. Até pouco tempo atrás, as projeções de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro situavam-se em torno de 0,8%. Os dados mais recentes sancionaram projeções ligeiramente mais elevadas, da ordem de 1,0% para este ano.

A confirmação desse quadro sugere que a trajetória de crescimento de 2020 também será melhor. Há alguns meses, as projeções indicavam um crescimento da ordem de 1,5% no ano que vem. A partir dos indicadores mais recentes divulgados, as estimativas de crescimento do PIB para o ano que vem já apontam um patamar superior a 2,0%.

Esse é um crescimento ainda abaixo do que deverá ser verificado na economia global em 2020, que deverá ser da ordem de 3,0%. De qualquer forma, caso se confirme, será o melhor resultado obtido desde a crise econômica iniciada em 2015. Adicionalmente, esse resultado confirmaria uma trajetória de recuperação em bases moderadamente mais amplas do que as verificadas até o momento na nossa economia.

A instauração de um quadro mais favorável na economia brasileira vem em boa hora e representa o resultado do esforço de alinhamento de uma política econômica mais responsável na economia brasileira. Esse processo iniciou-se com o *impeachment* da ex-presidente Dilma Rousseff. A equipe econômica do presidente Temer atuou rapidamente para estancar os principais aspectos deletérios em termos da política econômica brasileira. Nesse sentido, o combate à inflação e a prioridade na construção de um quadro fiscal se mostraram essenciais para a recuperação das perspectivas da economia brasileira.

A equipe econômica do governo Bolsonaro deu seguimento aos bons princípios de política econômica delineados no governo anterior. Adicionalmente, o governo atuou corretamente ao atacar o problema fiscal mais imediato, centrado na questão previdenciária.

A conclusão da reforma da previdência foi fundamental para proporcionar um quadro fiscal mais favorável no médio e no longo prazos. O encerramento desse processo, no entanto, abriu a questão sobre o que deveria ser feito em seguida em termos de reformas.

Nesse sentido, as indicações eram de que o governo Bolsonaro, uma vez concluída a reforma da previdência, iria colocar em pauta a reforma tributária. No entanto, ele, mais recentemente, tem sinalizado a priorização da reforma administrativa.

Sob essa perspectiva, a reforma administrativa, aparentemente, é mais exequível, uma vez que não requer, *a priori*, mudanças de maior vulto em âmbito constitucional. No entanto, ela, fatalmente, enfrentará resistências consideráveis dos servidores públicos.

De qualquer forma, uma vez concluída a reforma da previdência, o governo deve atuar rapidamente no sentido de levar adiante novas reformas. E o ano legislativo de 2020 tende a ser mais curto, por conta das eleições municipais. ■

MAIS ESTABELECIMENTOS E ÁREAS OCUPADAS

O Censo Agropecuário de 2017 visitou 7.534.385 endereços, dos quais 5.073.324 foram identificados como estabelecimentos agropecuários. Trata-se de unidades de produção dedicadas, total ou parcialmente, à exploração agropecuária, florestal ou aquícola, independentemente do seu tamanho. Entre os Censos Agropecuários de 2006 e 2017, houve um aumento tanto no número de estabelecimentos (1,5%), quanto na área ocupada (5,3%). Houve uma mudança na metodologia de contagem dos estabelecimentos sem área (apicultores, extrativistas, criadores de animas à beira da estrada etc.), que registraram uma redução.

BRASIL: ESTABELECIMENTOS RURAIS E ÁREAS

CENSO	Estabelecimentos			Área (hectares)	
	Com área (1)	Sem área	Total	Total (2)	Média (2/1)
1975	4.984.556	8.696	4.993.252	323.896.082	65,0
1980	5.155.046	4.805	5.159.851	364.854.421	70,8
1985	5.793.004	8.805	5.801.809	374.924.929	64,7
1995-96	4.838.183	21.682	4.859.865	353.611.246	73,1
2006	4.920.617	255.019	5.175.636	333.680.037	67,8
2017	4.996.287	77.037	5.073.324	351.289.816	70,3

Fonte: IBGE

CRESCEM AS ÁREAS DE MATAS

De 2007 a 2017, houve uma grande variação no uso da terra no Brasil, com aumento na área total (6%). As áreas utilizadas com lavouras cresceram (+6,1%), mas as permanentes diminuíram (-33,6%) e as temporárias aumentaram (+15,7%). Também caíram as áreas de pastagens (-0,3), em especial as naturais (-17,9%), mas subiram as plantadas (+9,5%). Cresceram as áreas de matas totais (+16,2%), tanto naturais (+11,8%), como plantadas (+40,2%).

BRASIL: UTILIZAÇÃO DA TERRA
(EM HECTARES)

ATIVIDADE	Censo de 2006	Censo de 2017	Diferença absoluta	Diferença relativa (%)
Lavouras permanentes	11.679.152	7.755.817	-3.923.335	-33,6%
Lavouras temporárias	48.193.424	55.761.988	7.568.564	15,7%
Pastagens naturais	57.633.189	47.323.399	-10.309.790	-17,9%
Pastagens plantadas	102.408.872	112.174.148	9.765.276	9,5%
Matas naturais	95.306.715	106.574.867	11.268.152	11,8%
Matas plantadas	4.734.219	9.658.850	4.924.631	104,0%

Fonte: IBGE

PREDOMÍNIO DA PROPRIEDADE NOS ESTABELECIMENTOS

A principal forma de acesso à terra é a propriedade. Quando se comparam os números de 2006 a 2017 com relação à declaração de "terras próprias", a participação dos estabelecimentos aumentou (de 76% para 81%), apesar de a área ter diminuído (de 90% para 85%). Isso caracteriza uma constante movimentação na modalidade de uso da terra. Nas áreas arrendadas e em parceria, a quantidade de estabelecimentos teve uma pequena queda, embora a área tenha quase dobrado. As áreas ocupadas mostram pouca variação em estabelecimentos e área.

BRASIL: CONDIÇÃO LEGAL DAS TERRAS

ESTABELECIMENTOS	Censo de 2006		Censo de 2017	
	Unidades	Hectares	Unidades	Hectares
Próprios	3.946.411	302.138.391	4.107.762	298.323.489
Sem titulação	194.867	5.957.124	266.910	6.165.766
Arrendados	333.975	15.127.498	320.263	30.171.451
Parcerias	186.193	3.240.841	177.803	7.830.479
Ocupados	474.133	7.216.236	464.253	8.798.642
TOTAL	**5.135.779**	**333.680.037**	**5.073.324**	**351.289.816**

Fonte: IBGE

PEQUENA MUDANÇA NA ESTRUTURA FUNDIÁRIA

Sobre a distribuição dos estabelecimentos rurais nos estratos abaixo de 100 hectares, houve pouca variação em quantidade (1,7%), aumento de área (1,6%) e área média próxima de 15,9 hectares. Com relação aos estabelecimentos de 100 a menos de 1.000 hectares, observa-se baixa redução em quantidade (-0,8%) e área (-0,5%) e uma área média em torno de 266 hectares. Os estabelecimentos acima de 1.000 hectares aumentaram em unidades (7,6%), área (11,4%) e área média (3,4%), com um pequeno incremento na participação da área total (2,7%).

BRASIL: ESTABELECIMENTOS RURAIS SEGUNDO A ÁREA

HECTARES	Censo de 2006		Censo de 2017	
	Quantidade	Área	Quantidade	Área
Menos de 10	2.477.151	7.798.777	2.543.681	7.993.969
De 10 a menos de 100	1.971.600	62.893.979	1.980.684	63.810.646
De 100 a menos de 1.000	424.288	112.844.186	420.719	112.257.692
Acima de 1.000	47.578	150.143.096	51.203	167.227.511
Produtor sem área	255.019	–	77.037	–
TOTAL	5.175.636	333.680.038	5.073.324	351.289.818

Fonte: IBGE

CRESCE A FAIXA ETÁRIA MAIS ALTA

A comparação por classe de idade mostra um crescimento na participação nas classes dos produtores mais idosos, com mais de 45 anos, de 61,2%, em 2006, para 70,9%, em 2017. Em contrapartida, nesse mesmo período, a participação daqueles nas classes de até 45 anos caiu de 38,8% para 29,1%. Esse retrato revela a necessidade de incentivos para a integração dos mais jovens no comando das atividades agropecuárias. O fomento da digitalização e da informatização do campo deverá contribuir para esse processo.

BRASIL: CLASSES DE IDADE DO PRODUTOR

CLASSES DE IDADE	Censo de 2006		Censo de 2017	
	Total por classe	%	Total por classe	%
Menor de 25 anos	170.583	3,3	100.357	2,0
De 25 anos a menos de 35 anos	701.727	13,6	469.068	9,3
De 35 anos a menos de 45 anos	1.135.153	21,9	904.143	17,9
De 45 anos a menos de 55 anos	1.208.120	23,3	1.224.488	24,2
De 55 anos a menos de 65 anos	1.053.352	20,4	1.186.702	23,5
De 65 anos a mais	906.701	17,5	1.171.767	23,2
TOTAL	5.175.636	100,0	5.056.525	100,0

Fonte: IBGE

ORIENTAÇÃO TÉCNICA

Dos estabelecimentos levantados no Censo Agropecuário de 2017, a maioria dos produtores declarou não receber orientação técnica (79,8%) em relação a uma minoria (20,2%). Não houve muita mudança, em termos de cobertura, quando em comparação aos dados do Censo Agropecuário de 2006, com alto não recebimento. Essa sinalização exige maior aprofundamento na análise. É importante ter como focos de avaliação a magnitude e a participação dos estabelecimentos que declararam contar com assistência técnica nos respectivos momentos. Existem casos em que há mais de uma fonte prestadora de orientação técnica.

BRASIL: ORIGEM DA ORIENTAÇÃO TÉCNICA DOS ESTABELECIMENTOS

ORIGEM	Censo de 2006	Censo de 2017	Var. %
Governo	491.600	398.067	-19,0%
Própria	250.241	316.394	26,4%
Cooperativa	225.521	251.520	11,5%
Empresas integradoras	153.858	134.950	-12,3%
Empresas privadas	85.195	29.302	-65,6%
ONGs	6.793	9.662	42,2%
Sistema S	–	7.690	–
Outras formas	30.374	52.117	71,6%

Fonte: IBGE

QUEDA NO PESSOAL OCUPADO

Entre os Censos Agropecuários de 2006 e 2017, os produtores e as pessoas com laços de parentesco com eles que trabalhavam no estabelecimento e empregados temporários e permanentes tiveram queda de ocupação (-8,8%). O grupo de produtores e trabalhadores com laços de parentesco somou 11.101.533 pessoas (74%). Esse processo de queda no pessoal ocupado ocorre desde o Censo Agropecuário de 1985. A média de pessoas ocupadas por estabelecimento também fica mais diminuta quando se observa apenas o pessoal com laços de parentesco com o produtor, com 2,8, 2,4 e 2,2, respectivamente, em 1995, 2006 e 2017. Essa tendência deve ser ainda mais pressionada com o processo de digitalização do campo.

BRASIL: PESSOAL OCUPADO NA AGROPECUÁRIA

CENSO	Total	Média por estabelecimento
1920	6.312.323	9,73
1940	10.159.545	5,33
1950	10.996.834	5,33
1960	15.633.985	4,68
1970	17.582.089	3,57
1975	20.345.692	4,07
1980	21.163.735	4,10
1985	23.394.919	4,03
1995-96	17.930.890	3,69
2006	16.568.205	3,20
2017	15.105.125	3,00

Fonte: IBGE

EXPANSÃO DA IRRIGAÇÃO

No Censo Agropecuário de 2017, usavam técnicas de irrigação 10% dos estabelecimentos e 10% da área total em lavouras temporárias e permanentes. Em relação ao Censo Agropecuário de 2006, isso correspondeu a um aumento de 52,7% e 47,6% em, respectivamente, estabelecimentos e métodos de irrigação. Quando se avalia por método empregado, encontra-se a seguinte distribuição em ordem decrescente: aspersão (27,2%), inundação (20,9%), pivô central (21,0%), localizado (23,9%), superfície (3,2%) e outros ou molhação (3,6%).

BRASIL: ESTABELECIMENTOS E MÉTODOS DE IRRIGAÇÃO

ITEM	Censo de 2006	Censo de 2017
1. Estabelecimentos com irrigação	**329.073**	**502.379**
2. Métodos de irrigação (hectares)	**4.535.769**	**6.694.245**
Aspersão	1.584.881	1.823.409
Inundação	1.165.264	1.398.506
Pivô central	892.887	1.420.521
Localizado	330.774	1.600.799
Superfície	189.721	214.752
Outros	372.242	236.258

Fonte: IBGE

PRINCIPAIS ATIVIDADES ECONÔMICAS

O Censo Agropecuário de 2017 não incluiu um quesito para identificar a atividade econômica principal exercida no estabelecimento por meio de pergunta direta ao produtor. No entanto, a atividade principal pode ser avaliada pela frequência das atividades nos estabelecimentos e pelo cálculo do valor da produção. Segundo o valor da produção, o conjunto das lavouras temporárias compreende a principal atividade econômica do setor (49,94%), seguido por pecuária e criações (33,57%).

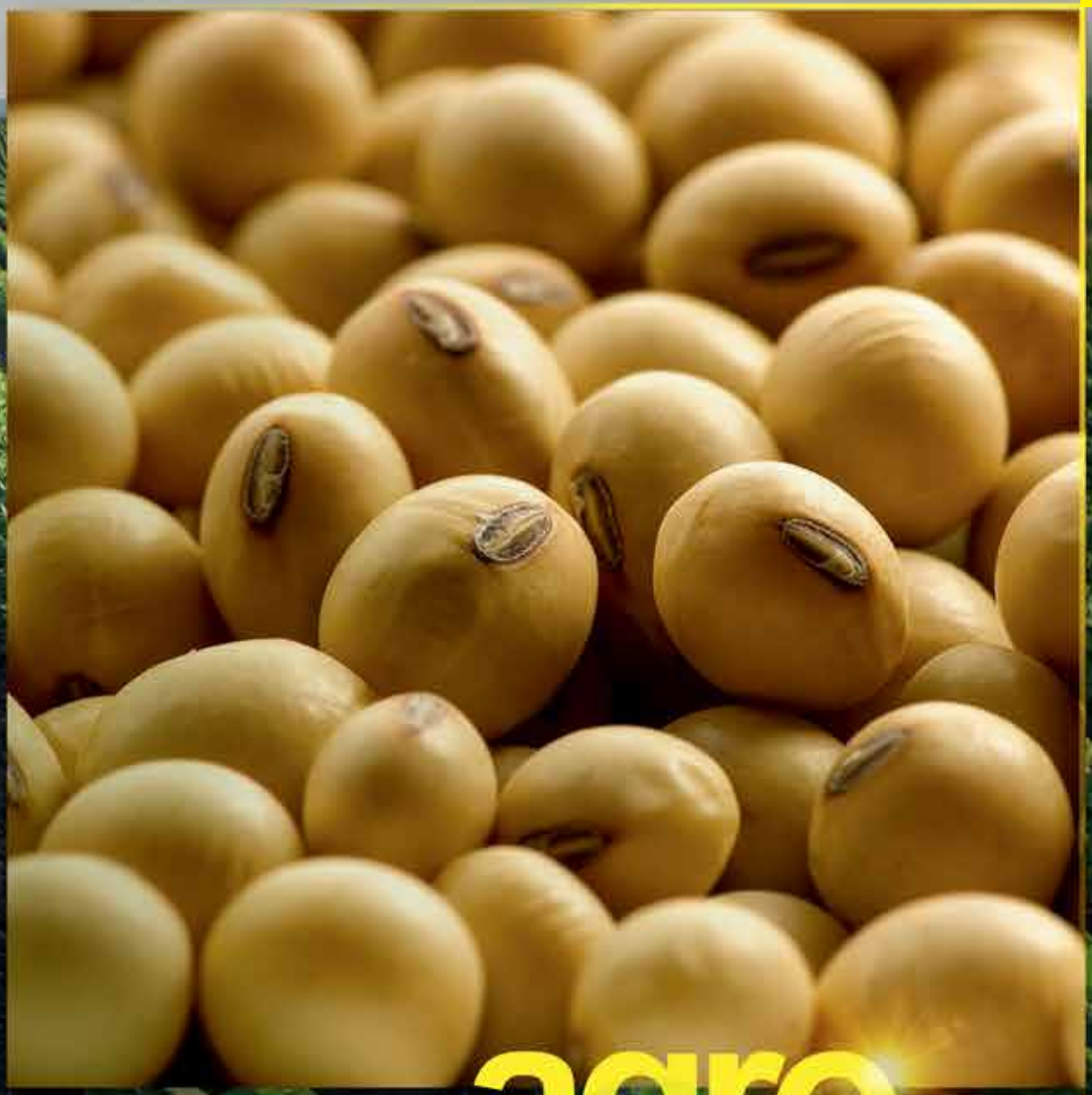
BRASIL: PARTICIPAÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA NOS ESTABELECIMENTOS E VALOR DA PRODUÇÃO

ATIVIDADE ECONÔMICA	Estabelecimentos (%)	Valor da produção (%)
Lavouras temporárias	32,60	49,94
Pecuária e criações	48,82	33,57
Lavouras permanentes	11,09	8,63
Florestas	3,84	4,40
Horticultura e floricultura	3,04	2,19
Pesca e aquicultura	0,55	0,72
Sementes e mudas	0,06	0,55
TOTAL	**100,00**	**100,00**

Fonte: IBGE


Conte com as
Opções Agro BB
para proteger a sua
produção das
oscilações de
preço do mercado.
Conheça a solução que protege a receita
da sua produção com segurança e inovação.
Contrate as Opções Agro BB nas agências
do Banco do Brasil e garanta as suas compras
ou vendas com preço preestabelecido em
qualquer data de vencimento, disponíveis
para: soja, milho, café, boi gordo e arroz.
ANBIMA
A presente instituição aderiu ao Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para os Fundos de Investimento.
Central de Relacionamento BB
4004 0001 ou 0800 729 0001
SAC
0800 729 0722
Deficiente Auditivo ou de Fala
0800 729 0088
Ouvidoria BB
0800 729 5678
ou acesse
bb.com.br
/bancodobrasil

o maior parceiro do agronegócio



agro é amarelo

UM ACORDO BILATERAL BRASIL-CHINA FAZ SENTIDO PARA O AGRO?

ROBERTA POSSAMAI[1], FELIPPE SERIGATI[2], KELLEN SEVERO[3]

Mesmo a China sendo o principal parceiro comercial do Brasil, um acordo comercial entre os países pode ser uma boa notícia para o agronegócio brasileiro.

A BALANÇA comercial do agronegócio brasileiro com a China é superavitária. No acumulado no ano, o saldo da balança comercial do setor foi de US$ 21,5 bilhões. Desse total, as atividades agropecuárias respondem por 86,9% (US$ 18,7 bilhões) e a agroindústria, por 13,1% (US$ 2,8 bilhões).

Todavia, a balança comercial do setor com os chineses já foi maior. Ao longo de 2019, o saldo comercial contraiu 16,9%. Essa retração foi liderada pelas atividades agropecuárias (-22,1%) – evidentemente, uma consequência da redução dos embarques de soja –, uma vez que houve forte expansão (47,3%) da balança comercial do lado da agroindústria.

ACORDO COM A CHINA

É de amplo conhecimento que a China é o principal parceiro comercial do agronegócio brasileiro. Por exemplo, em 2019 (até outubro), os chineses responderam por 30,8% (US$ 26,1 bilhões) do valor total exportado pelo setor. Além de ser o principal destino das exportações do agronegócio nacional, a China também é o país do qual o setor mais importa – até outubro de 2019, essas compras totalizaram US$ 4,6 bilhões (16,3% do total importado). Diante disso, se a China já é o principal parceiro comercial do agronegócio brasileiro, vale a pena para o setor celebrar um acordo de livre-comércio com esse país? Quais poderiam ser as vantagens de assinar um documento como esse com um país que já é um grande aliado comercial?

Embora ainda seja uma notícia incipiente, o fato de o Brasil vir a celebrar um acordo bilateral com a China pode trazer vantagens para o agronegócio nacional, por mais que tal país já seja o principal parceiro comercial do setor. Dentre essas vantagens, merecem destaque:

- Os produtos brasileiros podem chegar de forma ainda mais competitiva ao mercado chinês;
- Com maior facilidade para acessar o mercado chinês, novos produtos do agronegócio nacional poderão ser adquiridos pelos chineses, aumentando a diversificação da pauta de exportações do setor junto a esse país;
- É fato que os produtos chineses também chegarão mais baratos ao Brasil. No entanto, considerando que o agronegócio nacional importa, essencialmente, insumos de produção e matérias-primas, o produto final brasileiro pode ficar ainda mais competitivo.

EXPORTAÇÕES PARA A CHINA: NÃO SÃO APENAS DE SOJA

Como já destacado, a China é o principal destino das exportações do agronegócio brasileiro. Além da soja, que, em 2019, respondeu por 69,6% do valor total exportado para os chineses, também merecem destaque os embarques de carnes (11,9%) e papel e celulose (11,4%). Vale ressaltar que, até outubro deste ano, as exportações para a China registraram uma contração de 13,6%. Os problemas decorrentes da peste suína africana certamente têm papel central para explicar essa contração, pois as exportações de soja acumularam uma queda de 23,8%, enquanto os embarques de carne cresceram 40,5% no mesmo período.

Conforme pode ser visto, a pauta exportadora do agronegócio brasileiro para a China é bastante concentrada. Porém, apesar disso, é importante notar que a economia chinesa compra diversos outros produtos: na realidade, ela está entre os dez principais destinos de vários segmentos do agronegócio, tais como produtos florestais, alimentos de origem animal, produtos têxteis, borracha, soja, pescados, produtos apícolas e plantas vivas. Diante disso, o acordo bilateral poderá intensificar as vendas dos produtos desses setores, fazendo com que a pauta exportadora fique mais diversificada.

CHINA: A PRINCIPAL ORIGEM DAS IMPORTAÇÕES DO AGRONEGÓCIO

Além de ser o maior comprador dos produtos do agronegócio brasileiro no mercado internacional, a China também

EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES DO BRASIL EM RELAÇÃO À CHINA
(ACUMULADO ATÉ OUTUBRO DE 2019)

SETORES E SUBSETORES	Exportações (US$ bilhões)	Variação acumulada no ano	Importações (US$ bilhões)	Variação acumulada no ano
Agronegócio	**26,1**	**-13,6%**	**4,6**	**6,3%**
Agroindústria	**7,4**	**18,9%**	**4,5**	**6,2%**
Produtos não alimentícios	**3,6**	**5,5%**	**4,3**	**7,3%**
Insumos	0,0	2,4%	1,5	22,5%
Têxteis	0,2	-22,8%	2,0	-4,8%
Florestais	3,0	-0,5%	0,2	31,4%
Fumo	0,3	327,1%	0,0	-99,8%
Borracha	0,0	128,2%	0,4	16,1%
Outros	0,0	-37,6%	0,1	5,4%
Produtos alimentícios e bebidas	**3,8**	**35,4%**	**0,3**	**-8,6%**
Produtos alimentícios	**3,8**	**35,4%**	**0,3**	**-8,6%**
Alimentos de origem vegetal	0,6	15,1%	0,0	0,5%
Alimentos de origem animal	3,1	40,5%	0,2	-10,3%
Bebidas	**0,0**	**-13,8%**	**0,0**	**-9,1%**
Atividades agropecuárias	**18,8**	**-22,0%**	**0,1**	**8,8%**
Soja	18,2	-23,8%	0,0	–
Fibras têxteis	0,5	271,9%	0,0	-46,2%
Produtos hortícolas	0,0	74,3%	0,1	37,2%
Demais produtos de origem vegetal	0,0	25,8%	0,0	-14,3%
Pescados	0,0	21,0%	0,0	-40,0%
Outros	0,1	41,0%	0,0	13,0%

Fonte: Comex Stat; elaboração: FGV Agro

é o país que mais vende bens para o setor. Entre esses produtos, destacam-se insumos de produção (33,1% do valor total importado pelo agronegócio em 2019), produtos têxteis (43,8%) e borracha (8,9%).

As compras do agronegócio na China têm aumentado. Por exemplo, em 2019, esse aumento foi de 6,3%, puxado pela expansão das importações de insumos agropecuários (22,5%), borracha (16,1%) e produtos florestais (31,4%). Juntos, esses três setores responderam por 46,9% do valor importado da China pelo agronegócio no ano. Na realidade, vale ressaltar, ainda, que as importações só não cresceram ainda mais neste ano devido à contração (-4,8%) das compras de produtos têxteis.

Apesar de a China ser o maior vendedor de produtos para o agronegócio brasileiro, assim como no caso das exportações, a pauta de importação é bastante concentrada. Em 2019, apenas três setores do agronegócio (insumos agropecuários, produtos têxteis e borracha) responderam por 85,9% do valor total das importações. Em geral, essas compras são de produtos que serão utilizados ao longo do processo produtivo. Logo, o acordo comercial pode ser benéfico para o agronegócio também por tornar alguns insumos de produção e matérias-primas mais baratos, deixando o produto final brasileiro ainda mais competitivo.

Apesar disso, é necessário reconhecer que uma abertura comercial implica uma maior concorrência para os *players* já instalados no Brasil e que haverá um período de adaptação com custos de ajustamento. Em outras palavras, deverá haver, sim, perdedores no curto prazo. ■

1 Mestre em Economia Agrícola pela Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getulio Vargas (FGV-EESP) e pesquisadora do Centro de Agronegócio da FGV (FGV Agro) – roberta.possamai@fgv.br

2 Doutor em Economia pela FGV-EESP, professor e pesquisador do FGV Agro – felippe.serigati@fgv.br

3 Jornalista pós-graduada em Economia pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas na Universidade de São Paulo (Fipe/USP), apresentadora e editora-chefe do jornalístico Mercado&Cia, no Canal Rural – severokellen@gmail.com

QUARENTA ANOS DO CARRO A ETANOL

PLINIO M. NASTARI*

Graças à assinatura do Protocolo do Carro a Etanol (Proálcool) há quarenta anos, o Brasil possui, hoje, uma opção tecnológica de mobilidade muito superior à que vários outros países têm perseguido em termos de eficiência energética e ambiental.

EM SETEMBRO, foram celebrados quarenta anos do protocolo assinado entre o governo federal e a Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (ANFAVEA) que objetivava a produção de veículos automotores movidos integralmente a etanol combustível. A partir desse marco, desenvolveu-se, no Brasil, não só a adição do etanol à gasolina, de 27% desde março de 2015, mas também a sua aplicação como combustível exclusivo em veículos.

Esse é um exemplo de política pública que trouxe significativos resultados positivos. O Protocolo do Carro a Etanol (Proálcool) estabeleceu metas amplamente cumpridas não só pela indústria automotiva, mas também pelos consumidores, que fizeram do carro a etanol um grande sucesso de vendas. Este representou mais de 96% das vendas totais de veículos em 1985, somando mais de 5,62 milhões de unidades vendidas desde 1979.

O veículo a etanol foi o precursor do carro *flex*, capaz de utilizar qualquer combinação de gasolina C (mistura de etanol anidro e gasolina) e etanol hidratado. Lançado em março de 2003, o carro *flex* brasileiro acumula vendas de mais de 33 milhões de unidades desde então, constituindo a maior frota mundial de veículos com tecnologia *flex* do mundo, correspondendo a mais de 80% da frota total de veículos leves do País.

Os impactos positivos do uso de etanol em mistura com a gasolina automotiva e como combustível puro são inúmeros, em termos econômicos, sociais e ambientais. Entre 1976 e 2018, foram substituídos o uso e a importação de mais de 3 bilhões de barris de gasolina, um marco significativo para o Brasil, que possui reservas provadas de petróleo de 15 bilhões de barris, incluindo o pré-sal. O valor econômico da gasolina substituída, calculado pela DATAGRO, equivale a mais de US$ 506 bilhões (constantes de dezembro de 2018), incluindo de forma conservadora o impacto da dívida externa evitada.

Em termos ambientais, o fato de o etanol de cana ser praticamente neutro em emissões de gases causadores do efeito estufa transformou-o numa das fontes de energia mais limpas para alimentar a mobilidade eficiente dos pontos de vista energético e ambiental.

O Brasil transformou-se em uma referência internacional na utilização de combustível líquido limpo e renovável. O etanol utilizado em mistura com a gasolina e o etanol puro pela frota *flex*, nos primeiros nove meses de 2019, substituíram 45,8% de toda a gasolina consumida – um marco inigualado em nenhuma outra nação.

Pela sua elevada octanagem de 116 AKI (sigla em inglês para Índice Antidetonação), comparada à média da gasolina de 87 AKI, o Brasil, com o uso de etanol em mistura na gasolina, foi pioneiro mundial na eliminação do venenoso chumbo tetraetila, anteriormente utilizado como aditivo elevador de octanagem, causador do saturnismo e de contaminação cerebral que afeta principalmente as crianças. Além disso, o etanol tem viabilizado o uso de gasolinas mais baratas, com grande economia para o País.

O etanol tem substituído compostos aromáticos cancerígenos contidos na gasolina e, também, tem reduzido emissões de material particulado e outros compostos nocivos à saúde, como monóxido de carbono, formaldeídos e compostos orgânicos voláteis geradores de *smog* fotoquímico. Por conta do uso de biocombustíveis, embora a cidade de São Paulo tenha uma frota de mais de 8,5 milhões de veículos, não tem a mesma poluição do ar que metrópoles como Pequim, Nova Deli e Cidade do México.

Por meio das metas de descarbonização aprovadas no âmbito do RenovaBio – a nova Política Nacional

de Biocombustíveis –, teremos uma redução acumulada da emissão de mais de 700 milhões de toneladas de gás carbônico nos próximos dez anos, o que corresponde a mais de um ano de emissões totais de carbono da França.

Com o etanol, o Brasil tem uma opção tecnológica de mobilidade muito superior à que vários outros países têm perseguido ao pretenderem substituir motores de combustão interna por outras motorizações que não utilizam fontes limpas, de baixa pegada de carbono, numa falsa ilusão de que estão reduzindo emissões dessa maneira. É por esse motivo que dirigentes de montadoras europeias têm alertado que até os atuais carros movidos a diesel são mais limpos do que outras opções tecnológicas que, embora estimuladas por enormes subsídios, pouco interesse têm capturado junto aos consumidores. Enquanto um carro elétrico a bateria na Europa emite cerca de 141 gramas de gás carbônico por quilômetro (g CO_2/km); com a pegada de carbono quase neutra do etanol, a emissão de gases do efeito estufa dos atuais veículos equipados com motores de combustão interna utilizando etanol, mesmo que eles ainda não sejam otimizados, é de apenas 58 g CO_2/km.

E, graças a novas tecnologias a ser implantadas em breve como resultado da Lei do Rota 2030, estamos indo na direção de 47 g CO_2/km. Estamos indo na direção, também, da eletrificação com biocombustíveis com o novo híbrido *flex* a etanol – que já é considerado o carro mais limpo do Planeta, pois emite apenas 29 g CO_2/km – e a célula a combustível a etanol – que já tem um protótipo pronto e, quando chegar às ruas, emitirá apenas 27 g CO_2/km.

Por esses motivos, o Brasil encontra-se, hoje, na vanguarda tecnológica da nova opção de mobilidade, com energia de alta densidade energética e limpa, que utiliza a infraestrutura existente de distribuição.

Mais importante: essa tecnologia de mobilidade é replicável, escalável, acessível e aceita pelo consumidor e usa a infraestrutura existente, resolvendo com implementação imediata os dois grandes problemas enfrentados pela humanidade hoje: o aquecimento global e a crise do emprego. ■

*Presidente da DATAGRO e representante da sociedade civil no Conselho Nacional de Política Energética (CNPE)



SHUTTERSTOCK

DISPARADA NOS PREÇOS DO BOI GORDO

HYBERVILLE NETO[1], RAFAEL RIBEIRO DE LIMA FILHO[2]

Demanda de carne bovina pela China, menor oferta de bovinos para abate e espera por retomada do crescimento da economia brasileira garantem uma boa expectativa para a bovinocultura de corte em 2020.

A DEMANDA chinesa por carne bovina tem sido um dos principais fatores para explicar os movimentos de fortes altas do boi gordo neste segundo semestre, junto à demanda doméstica em recuperação.

Para 2020, a tendência é de manutenção de um ritmo forte de compras por parte da China. Segundo o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA, na sigla em inglês), o país deverá aumentar em 20,8% as importações de carne bovina no próximo ano em relação a 2019. Aqui, há um ponto importante a ser destacado: com a liberação, em setembro, de mais plantas frigoríficas voltadas à exportação para a China e, ainda, a possibilidade de liberação de outras unidades, temos um aumento da demanda específica por bovinos com até trinta meses. Esse prazo faz parte das exigências dos próprios chineses.

O momento atual é tipicamente um período de venda das boiadas confinadas, em geral mais jovens. Ou seja,



SHUTTERSTOCK

é menor a dificuldade para realizar a compra dos animais. As atenções voltam-se para o período de safra em 2020, que deve ser enxuto de bois aptos à produção de carne para a China. Então, o foco dirige-se, mais uma vez, às novilhas, que também atendem os requisitos de idade e são relativamente mais comuns no primeiro semestre.

Além da demanda externa aquecida, destacam-se, como fatores de sustentação dos preços da arroba do boi gordo em 2020, o cenário de menor oferta de bovinos para abate, em função do elevado descarte de fêmeas nos últimos anos, e, também, a espera por retomada do crescimento da economia brasileira, que deverá refletir-se em uma melhora do consumo doméstico. Trata-se de boas expectativas para a bovinocultura de corte.

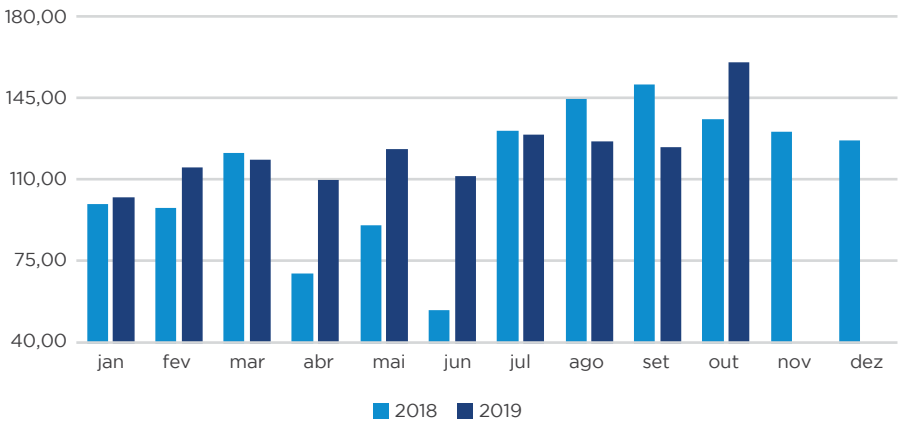
DEMANDA CHINESA

Com a redução do rebanho suíno chinês – a sua grande fonte de proteína animal – em função do surto de Peste Suína Africana (PSA), o país asiático aumentou as importações de outros produtos. De acordo com estimativas do USDA, as importações chinesas de carnes bovina, de frango e suína deverão crescer, respectivamente, 63,6%, 82,7% e 66,6% em 2020.

O Brasil tem se beneficiado dessa conjuntura. O País exportou, até outubro deste ano, 1,22 milhão de toneladas de carne bovina *in natura*, 11,3% a mais em comparação ao mesmo período de 2018, que já tinha crescido 11,2% em relação a igual período de 2017, segundo dados da Secretária de Comércio Exterior (SECEX). Inclusive, o volume embarcado em outubro deste ano foi recorde, com um total 160,1 mil toneladas de carne bovina no mês. Essa tendência deve prevalecer.

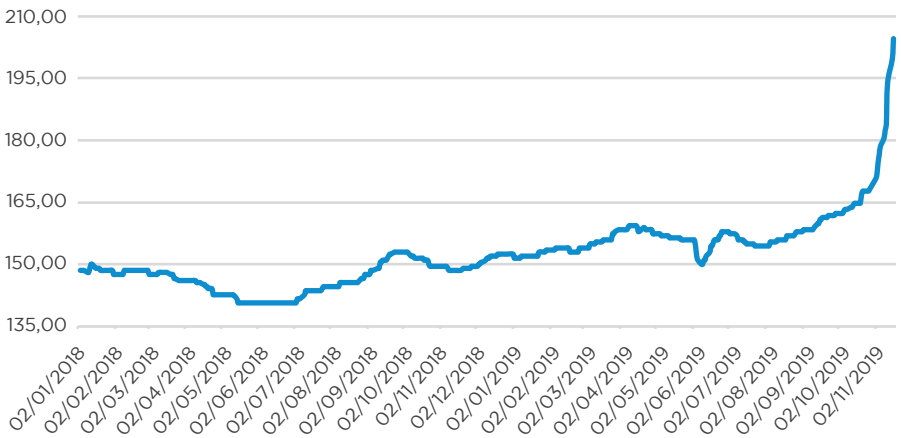
Com isso, o mercado da China foi o maior destino comprador do produto brasileiro neste ano, respondendo por 318,77 mil toneladas ou 26,1% do total embarcado de carne bovina *in natura* (resfriada ou congelada), tendo sido seguido pelo de Hong Kong, com 15,2% do total, e pelo do Egito, com 11,5% do total embarcado.

EVOLUÇÃO DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS DE CARNE BOVINA *IN NATURA* COM VOLUMES MENSAIS EM 2018 E 2019
(MILHÕES DE TONELADAS)



Fonte: SECEX; compilação: Scot Consultoria

EVOLUÇÃO DO PREÇO DO BOI GORDO EM BARRETOS-SP
(R$/@, A PRAZO, PARA DESCONTAR O FUNRURAL)



Fonte: Scot Consultoria

MERCADO AQUECIDO

Segundo um levantamento da Scot Consultoria, em Barretos-SP, de julho ao final de novembro, a cotação da arroba, a prazo, para descontar o Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (FUNRURAL), foi de R$ 157,57 para R$ 230,00. A valorização foi de 46,0% no período, sendo boa parte dessa alta concentrada em outubro e novembro. Com isso, o boi gordo está custando 50,0% a mais na comparação ao mesmo período do ano passado. A expectativa é de que o preço da arroba do boi gordo siga firme e em alta em dezembro, com a oferta comedida e a demanda firme por boiadas para abate por parte dos frigoríficos. ■

1 Médico-veterinário da Scot Consultoria
2 Zootecnista da Scot Consultoria

NOVO ENTENDIMENTO SOBRE A RECUPERAÇÃO JUDICIAL NO AGRONEGÓCIO

JOSÉ ROBERTO MENDONÇA DE BARROS[1], ALEXANDRE LAHÓZ MENDONÇA DE BARROS[2], ANTÔNIO JOSÉ SELLARE[3]

A decisão favorável do Superior Tribunal de Justiça (STJ) à Recuperação Judicial (RJ) de Pessoas Físicas (PFs) pode trazer impactos profundos sobre o sistema de financiamento do agronegócio, fazendo com que custos, limites, acessibilidade, alavancagem e garantias venham a ter as suas condições estabelecidas em patamares muito mais próximos daqueles adotados em outros setores da economia. A vantagem proporcionada à ação oportunista de poucos imporá custos elevados para a imensa maioria dos agricultores.

NO INÍCIO de novembro, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) emitiu uma decisão favorável para que Pessoas Físicas (PFs) na agricultura possam iniciar o processo de Recuperação Judicial (RJ). O assunto gerou muito debate, pois o Código Civil possibilita que o produtor rural execute a sua atividade como PF ou pessoa jurídica (PJ – empresa). No entanto, a Lei de Recuperação Judicial e Falências (n° 11.101/05) determina que apenas empresas com cadastro na Junta Comercial há pelo menos dois anos podem solicitar a RJ. Segundo o Censo Agropecuário de 2017, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), dos 5 milhões de estabelecimentos agropecuários existentes no Brasil, apenas 97,5 mil possuem CNPJ, ou seja, são empresas.

A decisão do STJ pode ter consequências muito relevantes para o mercado de crédito no País. A análise de diversos possíveis impactos dessa decisão aponta a elevação do custo do crédito para todos os produtores rurais, e não apenas para aqueles que fizerem uso da RJ.

Em primeiro lugar, é necessário reconhecer que haverá uma mudança na estrutura de garantias exigidas pelos credores. Os fornecedores de crédito deverão evitar a hipoteca da terra como objeto de garantia, uma vez que ela não poderá ser executada durante o pedido de RJ. Assim, nesse ambiente novo, os instrumentos que tenderão a ser usados são a alienação fiduciária e o patrimônio de afetação, este último recentemente introduzido pela Medida Provisória nº 897, publicada em 1º de outubro de 2019 no Diário Oficial da União (DOU) e que vem sendo chamada de MP do Agro.

Na alienação fiduciária, um bem financiado fica como garantia, passando a ser registrado no nome do comprador apenas após a quitação da dívida. No patrimônio de afetação, o produtor "recorta" a fazenda para dar partes como garantia na operação de crédito, sem, todavia, fazer a sua partilha em cartório. O patrimônio de afetação terá o mesmo entendimento da alienação fiduciária no sentido de não ser atingido na RJ, ao contrário do que acontece no caso da hipoteca. No entanto, ainda há a necessidade de regulamentar como será efetivado o recorte da fazenda.

A fragilização das garantias também poderá ter impactos graves sobre o principal instrumento viabilizador do acesso ao crédito pelo produtor rural até o momento: a Cédula de Produto Rural (CPR), especialmente na modalidade de liquidação com entrega de produto, uma vez que essa modalidade de CPR tem sido considerada um bem essencial nas RJs.

Em segundo lugar, o risco percebido pelos credores para todos os produtores rurais irá subir, promovendo uma ampla reclassificação de risco destes. Os custos processuais de uma RJ, associados com a incerteza quanto à recuperação do crédito, elevarão o risco da concessão e, com isso, o juro do crédito rural. Pelas regras da Basileia, os bancos são obrigados a provisionar recursos crescentes conforme o risco do crédito aumenta. É evidente, portanto, que um maior provisionamento implicará uma menor disponibilidade de crédito aos agricultores.

Em terceiro lugar, haverá uma elevação nas exigências contábeis dos produtores rurais, equiparando-as às de qualquer empresa, incluindo a auditoria dos balanços. Considerando esses efeitos, além do aumento dos custos, haverá, também, uma redução no volume de crédito destinado ao produtor rural.



SHUTTERSTOCK

PROCESSOS EM ANDAMENTO

A análise de alguns processos que estão nos tribunais com pedidos de RJ de produtores que operavam como PFs e que entraram com pedido sem respeitar o prazo de dois anos de atividade indica que o valor presente da dívida, aplicando-se as condições dos planos de recuperação, é uma fração da dívida existente, em que pese a dificuldade de se obterem dados financeiros detalhados desses processos. Em alguns casos, o valor presente da dívida responde por menos de 20% dela e, também, uma fração do valor da terra em garantia. Além disso, em certos processos, não há um problema de solvência, uma vez que os ativos existentes, mesmo sem estar atualizados a valores de mercado, superam a dívida declarada. Em alguns casos, parte da dívida foi constituída para comprar terras.

CRÉDITO PARA O AGRO

O agronegócio brasileiro é um enorme sucesso. No decorrer das últimas décadas, o País construiu um setor agrícola dinâmico e pautado pelos ganhos de produtividade e pela inserção no mercado internacional. Ademais, todas as projeções futuras feitas pelos principais organismos internacionais apontam o Brasil como o país que mais deverá contribuir para atender as demandas por alimentos, energia e fibras de toda a população mundial.

Não há dúvida de que uma parcela importante desse sucesso é atribuída à criação de um amplo sistema de crédito rural, que contou com apoio intenso do Estado, oferecendo linhas de crédito mais favoráveis ao produtor, com prazos adequados e taxas de juros reduzidas. A oferta de crédito garantiu o crescimento da agricultura de maneira impressionante. Um estudo econométrico feito pela MB Associados mostra com clareza que a elasticidade entre o crédito e a produção agrícola é praticamente igual a 1, ou seja, para cada 10% de expansão do crédito, se associam 10% de crescimento da oferta agrícola. O inverso dar-se-á para o caso de uma redução.

As dificuldades fiscais por que passa o governo federal fizeram com que houvesse uma significativa queda na participação do crédito rural oriundo da política pública (juro controlado) em comparação ao volume de crédito a juro livre (de mercado). Até 2018, a participação do juro livre no crédito era da ordem de 20%. No Plano Safra 2019/2020, a participação saltou para 40%. Esse movimento deve crescer nos próximos anos. Assim, fica evidente que o setor privado terá um papel central no financiamento da safra brasileira. Esse crédito virá do sistema financeiro e de diversas empresas que se conectam ao agronegócio, como as grandes comercializadoras internacionais, as empresas de insumos agrícolas e as revendas.

Contudo, a decisão favorável à RJ de PF na agricultura pode dificultar sobremaneira a construção de um novo modelo de crédito rural. ■

1 Economista e sócio-diretor da MB Associados Consultoria Econômica

2 Engenheiro-agrônomo e sócio consultor da MB Agro Consultoria

3 Administrador de empresas e especialista em consultoria de negócios da MB Empresas

CONTRIBUIÇÃO DO PLANTIO DIRETO PARA A MITIGAÇÃO E A ADAPTAÇÃO ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS

CELSO VAINER MANZATTO[1], EDUARDO DELGADO ASSAD[2], SANDRO EDUARDO MARSCHHAUSEN PEREIRA[3], DANIEL GOMES DOS SANTOS W. LOEBMANN[3], LUCIANA SPINELLI[1], LUIZ EDUARDO VICENTE[1], FERNANDA GARCIA SAMPAIO[4], ELENEIDE DOFF SOTTA[4], ANDREA KOGA VICENTE[5]

O plantio direto deve ser considerado um ponto-chave para a construção de uma agricultura sustentável e lucrativa nos trópicos, além de contribuir para a mitigação do aquecimento global. A expansão da adoção do plantio direto entre 2010 e 2017 proporcionou uma captura de carbono correspondente ao cumprimento de aproximadamente 155% da meta estabelecida pelo Plano ABC.

NO PROCESSO de fortalecimento da sustentabilidade da agropecuária brasileira, vários são os desafios a ser considerados. Além da rentabilidade econômica, da adoção de tecnologias para garantir o melhor desempenho produtivo e da adequabilidade técnica, cabe de forma essencial o bom desempenho ambiental frente às crescentes exigências dos mercados em relação às mudanças climáticas. Como se sabe, o uso e o manejo da terra podem resultar em efeitos negativos ou positivos no que se refere à emissão de gases do efeito estufa (GEE) para a atmosfera e à sustentabilidade da produção. Por exemplo, em ambientes tropicais, a degradação da matéria orgânica do solo reflete-se na redução da sustentabilidade da produção agrícola, na deterioração dos atributos físicos e



SHUTTERSTOCK

BENEFÍCIOS DO SPD

- Controle da erosão;
- Menores gastos com combustíveis e de tempo nas atividades agrícolas;
- Queda na incidência de pragas e doenças;
- Redução dos custos de produção;
- Aumento ou manutenção da produtividade das culturas quando em comparação à do cultivo convencional;
- Excelente prática para a conservação dos recursos naturais – solo e água.

químicos e na perda da biodiversidade do solo. Por outro lado, o Sistema de Plantio Direto (SPD) proporciona a manutenção ou mesmo o acúmulo de carbono no sistema solo-planta, de modo a contribuir com a sustentabilidade da agropecuária.

O SPD representa uma técnica de cultivo conservacionista baseada no **plantio** das culturas sem as etapas do preparo convencional da aração e da gradagem, na presença de cobertura morta ou palhada e na rotação de cultivos. No Brasil, o seu uso teve início em 1969, na região Sul, inicialmente como alternativa aos impactos ambientais decorrentes do sistema de cultivo convencional, como erosão do solo, perdas de nutrientes e consequente queda na produtividade agrícola. Atualmente, essa prática está difundida em todas as regiões do País.

A expansão recente da adoção de SPD no País foi estimada pelos Censos Agropecuários de 2006 e 2017 do Instituo Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE): de 17,87 milhões de hectares para 32,88 milhões. Como os dados censitários de SPD contemplam apenas esses dois anos, foi necessário realizar uma estimativa anual de adoção, como forma de estabelecer uma linha de base da adoção no ano de 2010, quando teve início o Plano da Agricultura de Baixo Carbono (ABC), para a quantificação do crescimento anual até 2017. Para fazer a estimativa anual desse aumento, optou-se por relativizar a área de SPD pela área de cultivo de soja nos anos de 2006 e 2017, considerando que o SPD na palha é utilizado em cerca de 80% a 85% da área plantada dessa cultura no Brasil. Com base nessa relação, calculou-se a taxa de crescimento anual do período, obtendo-se uma estimativa de expansão anual da adoção de SPD para o período 2010-2017 (*vide* tabela).

O compromisso de adoção de SPD assumido pelo Plano ABC foi de 8,0 milhões de hectares e uma mitigação de 16,0 milhões a 20,00 milhões de Mg CO_2 eq. No entanto, a expansão de SPD verificada no período (2010-2017) girou na ordem de 12,72 milhões de hectares. Então, pode-se afirmar que houve um cumprimento de aproximadamente 155% da meta estabelecida pelo Plano. Em lavouras de grãos cultivados com plantio direto, como o acúmulo de carbono no solo orbita em 500 kg/ha/ano, o equivalente a 1,83 t CO_2 eq.ha^{-1}.ano^{-1} – fator de emissão adotado no Plano ABC –, verificou-se um incremento na adoção de SPD no Brasil com o sequestro de 23,28 milhões de Mg CO_2 eq., correspondendo a aproximadamente 114% da meta estabelecida no compromisso nacional.

Num momento em que os cientistas alertam sobre o fato de que os impactos e os custos do aumento sobre as temperaturas médias do Planeta causados pelo aquecimento global – de cerca 1,5 °C – serão bem maiores do que o esperado, as práticas conservacionistas ganham evidência. Esse é o caso do SPD, que promove a sustentabilidade da produção com aumento da produtividade pela conservação do solo e da água, diminuição dos riscos de quebra de safra com secas e chuvas intensas e uma oportunidade de mercado pela remoção de carbono da atmosfera para o solo, ou seja, uma contribuição adicional relevante, da ordem de 60,16 milhões de toneladas de CO_2 eq. ao ano quando se considera a área total com adoção no País.

Pelas múltiplas externalidades econômicas e ambientais positivas proporcionadas que representa, a adoção de SPD deve ser considerada como ponto-chave para a construção de uma agricultura sustentável e lucrativa nos trópicos, contribuindo, ainda, para a mitigação do aquecimento global. ■

ESTIMATIVA DA ÁREA DE ADOÇÃO DE SPD E SEQUESTRO DE CARBONO NO SOLO

ANO	Área plantada com soja (ha)	Área de adoção relativizada de SPD (ha)	Expansão acumulada no período (ha)	Sequestro de carbono no solo (Mg CO_2 eq.)
2006[1]	22.082.666	17.871.773[2]	–	–
2010	23.339.094	20.156.067	0	0
2011	24.032.410	21.094.564	938.496,45	1.717.448,5
2012	25.090.559	22.383.860	2.227.792,54	4.076.860,4
2013	27.948.605	25.341.726	5.185.658,84	9.489.755,7
2014	30.308.231	27.931.101	7.775.034,21	14.228.312,6
2015	32.206.387	30.166.220	10.010.153,03	18.318.580,0
2016	33.310.225	31.738.533	11.582.465,81	21.195.912,4
2017[1]	33.980.705	32.878.660	12.722.592,81	23.282.344,8
TOTAL	**-**	**-**	**12.722.592,81**	**23.282.244,8**

1 Áreas de adoção estimadas pelos Censos Agropecuários de 2006 e 2017/IBGE
2 Expansão relativizada da adoção de SPD no período 2006-2016/17

1 Pesquisadores da Plataforma ABC/Embrapa Meio Ambiente
2 Pesquisador da Plataforma ABC e da Embrapa Informática Agropecuária
3 Analistas da Embrapa Meio Ambiente
4 Pesquisadoras da Embrapa e do Departamento de Desenvolvimento das Cadeias Produtivas e da Produção Sustentável do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (DEPROS/MAPA)
5 Bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)

MOBILIZANDO CAPITAL PRIVADO PARA A ECONOMIA DE BAIXO CARBONO




DIOGO FALCHANO BARDAL[1], PEDRO GANDOLFO SOARES[2]

NOS ÚLTIMOS trinta anos e, com maior prioridade, desde o Acordo de Paris, organizações multilaterais, sociedade civil, empresas e governos vêm tentando estabelecer modelos para a descarbonização da economia mundial e um novo paradigma tecnológico que viabilize o desenvolvimento social e econômico com baixas emissões de gases do efeito estufa (GEE). No caso brasileiro, dado que cerca de 50% das emissões são provenientes das mudanças no uso da terra, é necessário desenvolver modelos e estratégias de financiamento focados em eliminar o desmatamento no País e recuperar em larga escala as áreas degradadas e subutilizadas.

A dinâmica agrícola do Brasil, principalmente nas regiões chamadas de 'fronteiras do desmatamento', leva à preservação de atividades econômicas de baixíssima produtividade por longos períodos, sem que aconteça, necessariamente, um transbordamento do desenvolvimento ocorrido em setores mais dinâmicos dada a grande disponibilidade de terras a preços baixos.

Tal dinâmica é incapaz de tirar da pobreza milhões de brasileiros. O crédito rural e o investimento privado não fluem, portanto, em direção à diversificação para atividades rivais das que geram desmatamento; migram, majoritariamente, para setores dinâmicos longe da Amazônia em que já há capital disponível, capacidade empresarial e segurança jurídica. A preservação dessa dualidade tenderá a levar, em última instância, à exaustão dos recursos naturais na Amazônia.

Para sairmos desse estado de entropia, é necessário construirmos alternativas, modelos conceituais e novas estruturas de negócios que se contraponham às atividades de baixa produtividade vigentes. Isso envolve dar ganhos de escala às experiências bem-sucedidas relacionadas: (i) à produção e à comercialização de produtos florestais madeireiros e não madeireiros; (ii) à restauração de áreas degradadas com o uso de sistemas produtivos econômicos e consorciados; (iii) ao aumento da eficiência operacional da pecuária; (iv) a arranjos entre pequenos produtores e a indústria; (v) ao aproveitamento estratégico dos serviços ambientais e sua transformação em ativos financeiros; e (vi) ao fomento de pesquisa e desenvolvimento para a transformação do nosso produto 'selvagem', expandindo os usos possíveis e os padrões de qualidade.

Para essa construção, é fundamental dar novo propósito a instrumentos econômicos há muito tempo disponíveis nas instituições financeiras. São eles o uso de garantias parciais ou totais, a mobilização de instrumentos híbridos (dívidas conversíveis), a combinação entre assistência técnica e financiamento, a estruturação de recebíveis e a mistura entre recursos reembolsáveis e não reembolsáveis, de forma a alavancar uma nova leva de investimentos privados para regiões florestais e de fronteira agrícola.

A economia com base na biodiversidade brasileira é, como o próprio nome antecipa, diversificante da nossa base econômica. Essa é a chance de entrarmos na economia global pela porta da frente, aproveitando o nosso potencial natural para aliar qualidade de vida e prosperidade. ■

1 Analista de Investimentos da International Finance Corporation (IFC) e membro da Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura

2 Gerente de Mudanças Climáticas e REDD+ do Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável da Amazônia (Idesam) e membro da Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura



RÔMULO SERPA

LANÇAMENTO DA CROPLIFE BRASIL

CROPLIFE BRASIL É LANÇADA PARA FOMENTAR A INOVAÇÃO E O USO DAS MAIS MODERNAS TECNOLOGIAS NAS LAVOURAS BRASILEIRAS

Entidade que representa algumas das principais tecnologias utilizadas no campo, a CropLife Brasil foi apresentada em 31 de outubro último, em Brasília, com a presença da ministra Tereza Cristina, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), e do ministro Ricardo Salles, do Ministério do Meio Ambiente (MMA).

INSTITUIÇÃO COM mais de cinquenta anos de história e, atualmente, com escritórios nos Estados Unidos, no Canadá, na Austrália, na África e no Oriente Médio, a CropLife, finalmente, desembarcou no Brasil, com a missão de fomentar a inovação e o uso das mais modernas tecnologias nas lavouras brasileiras. A nova entidade, pioneira na integração das principais ferramentas tecnológicas para o agricultor, foi lançada em 31 de outubro último, em Brasília, numa cerimônia que contou com a presença de autoridades como os ministros do MMA, Ricardo Salles, e do MAPA, Tereza Cristina, além de dezenas de políticos e profissionais ligados ao setor.

A CropLife Brasil terá como missão fomentar a inovação e o uso das mais modernas tecnologias nas lavouras brasileiras, além de produzir e disseminar conhecimento tanto para os produtores rurais – por meio de ações de educação e treinamento que contribuam para promover as boas práticas agrícolas –, quanto para a sociedade – por meio da divulgação de informações de qualidade sobre a importância da tecnologia para a produção sustentável de alimentos.

Na sua fala durante o lançamento, o presidente executivo da instituição, Christian Lohbauer, destacou a importância do agronegócio para a economia do País e a necessidade de fortalecer a representatividade do segmento, o que será possível a partir da criação da CropLife Brasil. "Não perdemos o que já foi feito, mas iniciaremos uma fase com atuação mais abrangente. Agora, juntando as instituições que já atuavam no setor, teremos voz e imagem únicas. Vamos debater e trazer fatos, dados e esclarecimentos.

O executivo afirma que a atuação da CropLife no Brasil será diferenciada da das demais por incorporar todas as tecnologias ligadas aos defensivos agrícolas e às sementes.



RÔMULO SERPA

Para ele, como o Brasil é o maior mercado dessas áreas de negócio, nada mais natural que o País se apresente como pioneiro para construir uma missão ainda mais ambiciosa do que as de outras CropLifes.

O membro do Conselho de Administração da CropLife Brasil, Eduardo Leduc, deu mais detalhes sobre a criação da instituição. "Não nascemos do zero. Existem a inspiração e a busca de sinergias com a CropLife International, criada para defender a inovação e a proteção de cultivos e biotecnologia há quase vinte anos", disse o executivo. "Desenvolvemos um trabalho para criar uma nova associação única, um agrupamento com visões diferentes para representar os interesses das empresas de tecnologias de defensivos agrícolas convencionais, dos produtos biológicos, das sementes, dos germoplasmas e das biotecnologias", concluiu.

Segundo Leduc, os produtores já fazem a integração dessas tecnologias em cada hectare cultivado, mas o discurso segmentado para falar com o setor produtivo e a sociedade era um complicador. "Isso explica a união da Associação Nacional de Defesa Vegetal (Andef), do Conselho de Informações sobre Biotecnologia (CIB), da Associação Brasileira das Empresas de Controle Biológico (ABCBio) e da Associação das Empresas de Biotecnologia na Agricultura e Agroindústria (AgroBio) na formação da CropLife Brasil. Consolidamos as associações para ganhar eficiência e ter mais impacto sobre as atividades de educação para boas práticas agrícolas e na comunicação. Estávamos todos fazendo cada um o seu pedaço, sem conseguir angariar o mérito para muitas realizações feitas", concluiu o presidente do Conselho.

A CropLife Brasil representará, no País, algumas das principais empresas especializadas em pesquisa e desenvolvimento de novas soluções nas áreas de sementes, biotecnologia, defensivos químicos e biológicos. "Vamos representar todas as tecnologias disponíveis para os agricultores. Trabalharemos para que eles possam utilizar todas elas, conforme a sua necessidade, para produzir alimentos com segurança e alta produtividade", afirmou Christian Lohbauer. "A CropLife Brasil já nasce com o DNA da Ciência e comprometida com a inovação na produção de alimentos, fibras e biocombustíveis", completou.

O evento de lançamento contou, ainda, com o convidado internacional Jack Bobo, profissional que trabalhou por treze anos no Departamento de Estado dos Estados Unidos como consultor sênior para políticas alimentares e é considerado pela Scientific American uma das cem personalidades mais influentes do mundo na área de Biotecnologia. Ele falou sobre a importância da pesquisa científica para informar melhor a população sobre segurança alimentar e, assim, evitar boatos e desconhecimento.

ENTREVISTA: CHRISTIAN LOHBAUER

VAMOS DESFAZER OS MITOS DO MEDO


RÔMULO SERPA

O presidente executivo da CropLife Brasil prega o diálogo com a sociedade e afirma que a Ciência deve prevalecer sobre as percepções. “Vamos, de forma cordial e inteligente, conversar com as pessoas”.

Na sua visão, a comunicação é o grande desafio do agronegócio hoje?

Este é um momento importante para uma série de instituições em torno da CropLife. Queremos construir um projeto de dimensão importante; um desafio bonito de trabalhar. Juntos, iniciaremos um processo de convencimento e conexão de confiança. Vamos desfazer os mitos do medo. A Ciência deve prevalecer sobre as percepções e as versões. Há um paradoxo neste tempo: existe mais informação disponível e rápida, mas cada vez mais gente desinformada. Como reverteremos isso? Enquanto trabalhamos de forma assídua para o bem da sociedade, grupos nos criticam. Nossa autocrítica é a de que ficamos omissos e deixamos isso acontecer. Vamos, de forma cordial e inteligente, conversar com as pessoas; mostrar os enganos em relação àquilo que fazemos. Apesar de tentarmos o bem para a sociedade na contribuição para um mundo melhor, estamos perdendo a guerra. Existem várias narrativas para dificultar o nosso progresso.

Por que se decidiu pela criação de uma nova associação?

Vivemos um momento de grande transformação nos negócios de defensivos, biodefensivos e biotecnologia. Com a CropLife Brasil, construiremos um modelo regulatório mais sofisticado e consciente. Há um amadurecimento empresarial e político para desenvolvermos essa agenda. Existe uma renovação no Congresso Nacional, com parlamentares comprometidos com uma pauta de futuro. Participamos das audiências públicas. Sentimos um governo com postura de administração pública, inclusive nos escalões intermediários. O nosso trabalho terá uma só voz e uma só cara para debater, trazer fatos e apresentar dados. No entanto, o legado das quatro entidades que se unem – a Andef, o CIB, a AgroBio e a ABCBio – não será esquecido nem modificado, mas sim incorporado à nova entidade. Formamos uma nova governança sem perdermos as realizações feitas.

Por que usar o nome CropLife Brasil?

A marca vem de fora, é bem conhecida, mas precisamos usar da melhor maneira possível. A ambição brasileira, porém, é colocar essas divisões de negócio dentro do mesmo chapéu. Nem todas as CropLifes internacionais fizeram isso. Mas nada mais natural do que essa iniciativa sair do Brasil, tendo em vista o seu tamanho em todos os seus produtos e serviços. De uma maneira simples, queremos adotar um conteúdo direto e fácil para as pessoas entenderem quem somos: uma instituição representativa das tecnologias voltadas ao produtor para que ele possa usá-las na propriedade, na cultura e na região que desejar. Aqui, estão representados as sementes, os defensivos, os biodefensivos e todo o universo da biotecnologia disponível.

As áreas terão o mesmo peso dentro da associação?

Trata-se de um passo novo. Alguns anos atrás, isso era difícil. Ficava a ideia de que a semente e o biodefensivo talvez substituíssem os defensivos tradicionais. Isso não acontecerá. Há uma complementação e uma integração entre as áreas. Isso é inovador para dar sustentação à existência da CropLife. Estabelecemos, também, uma governança inédita. Precisamos colocar essas instituições com tamanhos e negócios ainda que um pouco diferentes dentro de um mesmo modelo de decisão. Montamos um conselho com participação ponderada por membro. Existem objetivos transversais e horizontais, comuns ou não, para viabilizar uma agenda coordenada.

E quais serão os principais focos de atuação da CropLife Brasil?

A CropLife demanda dois tipos de trabalho: primeiro, uma comunicação diferente na qual podemos colocar as nossas energias criativas; e, segundo, um processo de aliança profunda entre os negócios, com um projeto de boas práticas para ensinar e treinar diferentes públicos – produtores, revendas e a sociedade como um todo. A pretensão é ambiciosa. Teremos divisões com profissionais qualificados para cuidar desses assuntos. Como todo negócio, as empresas investem e esperam retornos. Existe muito recurso investido em pesquisa, desenvolvimento e inovação, com propriedade intelectual para ser respeitada e aferida. Também trabalharemos intensamente para combater as práticas ilegais – um problema brasileiro crônico em todas as atividades –, que envolvem cifras bilionárias e precisam ser coibidas.

MINISTROS PRESTIGIAM O LANÇAMENTO DA CROPLIFE BRASIL

Os ministros do MMA, Ricardo Salles, e do MAPA, Tereza Cristina, marcaram presença no lançamento da CropLife Brasil, em Brasília. Em seus discursos, ambos destacaram a importância de uma boa comunicação para reforçar a imagem da agricultura.



RÔMULO SERPA

Na sua fala no evento, Ricardo Salles destacou que plataformas como a CropLife Brasil são uma grande oportunidade de esclarecer e levar para a sociedade elementos, dados e fatos provenientes da pesquisa científica que são capazes de dar fundamento para todas as colocações, as narrativas e as análises essenciais ao desenvolvimento do agronegócio. Segundo o ministro do MMA, "o Brasil é modelo de sustentabilidade e boas práticas no campo em estados diversos e culturas variadas".

Salles destacou, ainda, que o País é exemplo sob qualquer ótica, até mesmo na quantidade de defensivos usados – tema que é constantemente debatido pela imprensa brasileira. "A tecnologia mais nova substitui a mais antiga, e protelar a análise e a utilização de soluções mais modernas acaba por prejudicar o meio ambiente, a qualidade de vida e a saúde das pessoas", pontuou. Para ele, o MMA, junto ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), ao MAPA e ao Ministério da Saúde, tem o papel fundamental de esclarecer, levar dados e informar a população.



RÔMULO SERPA

Já Tereza Cristina lembrou que o desejo de se ter uma instituição única do segmento já era uma ideia discutida quando ela liderava a Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA). "Era um sonho que começa a ser verdade agora. Tenho certeza de que estamos no caminho certo", afirmou.

A ministra do MAPA destacou, ainda, o potencial agroambiental do Brasil, mas disse que é preciso investir na comunicação entre esse segmento e a sociedade. "A comunicação como norte será um grande ganho da associação. Pensando juntos, com certeza, vamos ter sucesso", ressaltou.

A CIÊNCIA E A TECNOLOGIA PODEM SALVAR O PLANETA

JACK BOBO
Membro do Conselho da Indiana University e CEO da Futurity

Considerado pela Scientific American uma das cem personalidades mais influentes na área de Biotecnologia, Jack Bobo afirma que a agricultura pode se tornar uma oportunidade para proteger as florestas.

Nos últimos vinte anos, visitei quase sessenta países ao redor do mundo, mas nunca estive no Brasil. Trabalhei treze anos com política governamental no governo dos Estados Unidos e acredito que a ciência e a tecnologia podem salvar o Planeta. A questão é se teremos a permissão para utilizá-las, já que a Ciência diz o que podemos fazer, mas o público é quem aponta o que devemos fazer.

Falarei, aqui, com base em lições aprendidas, sobre como dialogar com o público e encontrar pontes para resolver os problemas da agricultura. Vital para a sobrevivência humana, a atividade agrícola está ligada à natureza a ao Planeta. Para mostrar os seus benefícios, precisamos compartilhar valores com o consumidor.

Atualmente, cerca de 40% da terra está sendo usada para agricultura. Em termos de tamanho, as culturas e as pastagens equivalem, respectivamente, à América do Sul e à África. E isso é muito. Se falarmos sobre a água, o mar de Aral, na Ásia Central, que era o maior lago de água salgada do mundo, ficou diminuto. O rio Colorado, quinto maior rio dos Estados Unidos, não desemboca mais no mar. Tudo isso deve-se à retirada de água para agricultura. Na questão das mudanças climáticas, uma parcela importante dos gases do efeito estufa é proveniente da agricultura e do desmatamento.

Se perguntarmos se prefeririam pagar mais por energia ou alimentos para ter um meio ambiente mais limpo, os consumidores ficariam com o segundo. Então, a nossa conversação deve fazer as pessoas entenderem melhor as oportunidades e os desafios da agricultura.

Passaremos de 7 bilhões de pessoas para 9,5 bilhões até 2050. Esse desafio representa um problema não percebido. Temos

RÔMULO SERPA



850 milhões de pessoas que vão para cama com fome todo dia. Esse número supera as mortes por acidentes de trânsito, malária e outras. Mas quantas manchetes tratam dessa situação?

Sobre o futuro da agricultura, muitos indicarão um sistema alimentar quebrado. Mas, há trinta anos, 24% das pessoas dormiam com fome. Há cinquenta anos, eram 36%. Hoje, essa parcela reduziu para 12%. Então, a maneira como conduzimos a conversação pesa. Houve, sem dúvida, uma melhoria. Embora os recursos tenham evoluído, deveremos melhorar a eficiência produtiva.

Entre 1980 e 2011, os EUA reduziram a emissão de gases do efeito estufa em 35% utilizando menos terra (-40%), energia (-40%) e água (-50%) para produzir a mesma quantidade de alimentos. De maneira geral, desconhecedores de onde vêm os alimentos, os consumidores apenas veem onde estamos no presente. Então, vamos esquematizar a nossa conversação com eles.

Quais são as perspectivas de como os alimentos serão produzidos? De um lado, o movimento *slow food* olha para cem anos atrás. De outro, tem-se a aplicação da agricultura intensiva, de alta tecnologia. Como mostrar essas tendências? Não se trata de uma questão de bem e mal, de certo e errado, mas de escolhas e consequências.

Sem utilizar muitas tecnologias novas, a Europa importa ração animal. Com isso, estabelece exigências ambientais e reclama das formas de produção da agricultura dos países fornecedores, como o Brasil.

Perigo x risco

Tanto quanto detestam a mudança, as pessoas amam a inovação dos alimentos. Quando reúnem amigos e familiares, predomina certa rejeição. A nossa conversação deve levar as pessoas a pensarem os alimentos como usam os *smartphones*.

Os consumidores também se preocupam com como os alimentos são produzidos, sobre o que pouco sabem. Algumas questões sobre o meio ambiente e a saúde humana podem ajudar ou não os agricultores a alcançarem seus objetivos. Muito disso dependerá da maneira como os alimentos são comercializados.

Temos uma garrafa de água 100% natural para os veganos, sem conservante, glúten e organismos geneticamente modificados (OGMs). A área de Marketing pergunta: "como faremos para as pessoas beberem mais dessa água?". A autoridade sanitária responde: "fale que não tem OGMs nem glúten na água". O Marketing vai em frente para dominar o mercado de água. Um dia, os consumidores descobrem que toda água é vegana. Isso minará a marca.

Os consumidores querem produtos com valores subjacentes à saúde e à sanidade para a família, assim como a sociedade. O problema está nos motivos das escolhas. Existem os alimentos comercializados com rótulos de fazendas lindas, mas que são dedicadas à produção de ração para animais. Apesar da imagem não condizer com a realidade da agricultura, não nos surpreende que as pessoas não compreendem isso.

Assim, os consumidores ficam mais céticos em relação aos alimentos. Quando estávamos no governo, falava-se sobre perigos e riscos. Um acidente de avião representa menos risco; já um acidente de carro corresponde a um risco maior. Quando nadamos nos oceanos, a presença de tubarões pode passar de risco baixo para alto. Os consumidores estão pouco programados para entender isso.

Depois de um tempo, avançamos e aprendemos a falar sobre percepção de risco como o perigo *versus* a exposição. Muitas vezes, a nossa preocupação com as coisas aumenta, por um motivo ou outro. É a chamada "twittificação" de risco. Hoje, um caso ou um fato roda o mundo em menos tempo do que o necessário para se produzir um *press release*.

Quando o risco é alto, como a gripe em época de frio, mas com baixa atenção da mídia, o governo deve se envolver. Quando os consumidores sentem um problema e reclamam por tomadas de decisão dos governos, o risco tende a ser real.

O esquema de conversação varia conforme a situação. Embora o uso de chamadas como "estamos tentando alimentar o mundo" mostre segurança, as pesquisas apontam que essas informações alienam o público. A Ciência, por exemplo, polariza. Aqueles que discordam acabam decepcionando-se com quem acredita nela.

Nos Estados Unidos, existe uma preocupação com terrorismo, acidentes de avião ou de trânsito e câncer. Há pouca conexão entre aquilo com que as pessoas se preocupam e aquilo com que elas deveriam se preocupar, com bastante influência da televisão, do rádio e da internet.

Levar ciência e conhecimento é diferente quando as pessoas vêm até nós. Isso tem muito a ver com como será a CropLife Brasil.

Sempre me perguntam se o alimento amedronta. A melancia sem semente vem de uma série de cruzamentos com agentes mutagênicos e conjuntos de cromossomos. O seu cultivo é convencional, sem análise nutricional e de segurança. Tudo normal.

Não há medo quando os consumidores desconhecem as coisas. Com duas partes, o nosso cérebro mente o tempo todo. Uma parte é mais rápida, usada nas decisões do dia a

dia; outra é mais lenta, para fazer os cálculos mais difíceis. Os consumidores, quando vão ao mercado, se ouvem falar de OGMs, rejeitam os produtos com decisões rápidas. Como somos ocupados, muitas vezes, não fazemos o cálculo correto.

Pelo viés da confirmação, identificamos informações consistentes com as nossas crenças. Quando uma matéria cita que a agricultura orgânica é mais nutritiva do que a convencional, alguns procuram os autores e as bibliografias. Muitos outros desconsideram. Tendemos a fazer perguntas difíceis para as nossas discordâncias, e vice-versa.

O papel da comunicação

A Heurística explica o fato de vir à mente algo ao falarmos uma palavra. O termo "natureza" faz lembrarmos coisas bonitas, como pássaros e borboletas, e ruins, como a salmonela e o vírus ebola. Tudo isso nos ajuda a compreender como somos enganados todos os dias.

No passado, as pessoas ficavam satisfeitas se tinham o suficiente para comer. Já depois, na década de 1980, apareceram mais escolhas para o consumidor. Hoje, a preferência vai para produtos que sejam a extensão dos nossos valores, sejam ambientais, sociais ou relacionados ao bem-estar animal.

A ênfase mudou de alimentar para nutrir o mundo. Devemos falar sobre as coisas esperadas pelo consumidor. Independentemente da profissão, precisamos ser bons contadores de histórias para nos conectarmos com os valores das pessoas.

Em vez de falarmos sobre as tecnologias incríveis das empresas, o foco deve ser despertar as motivações das pessoas, ou seja, personalizar as histórias e reconhecer as suas preocupações. Muitos desconfiam dos governos e das grandes empresas, mas não da Ciência. Então, trabalhemos a nossa conversação.

O que as pessoas querem dizer quando manifestam medo de OGMs e substâncias químicas? Para o cidadão, o importante são a saúde e a segurança da família. Esse é o valor comum para compartilhamos e conectarmos com as pessoas. A partir daí, se constrói a confiança para falar sobre Ciência.

Há alguns anos, estava numa conferência empolgante da American Meat Science Association (AMSA), com a presença de oitocentos cientistas especialistas. Falávamos que, se as pessoas não confiam no esquema das conversações, a Ciência não tem importância; se confiam, a Ciência tem importância.

Paremos de falar o que fazemos e comecemos a falar por que fazemos. Todos os cientistas, produtores e políticos que conhecemos fazem o que fazem porque se preocupam com o Planeta e as pessoas de maneira apaixonada.

As pessoas entendem isso, mesmo sem saber sobre a ciência por trás do que fazemos. É uma maneira de se conectar. Quando entendermos o que importa, desenvolveremos a conversação de maneira que todos a entendam. Teremos de encontrá-los no espaço deles, e não no nosso espaço.

Um relatório publicado pela World Wide Fund for Nature (WWF) mostra que mais de 50% de todas as populações de vida silvestre desapareceram desde 1970. Cerca de 80% dessa perda é devida à agricultura. Pensem nisso. Para eliminarmos esse problema, teremos de inserir na nossa conversação o tema da conservação. Em torno das florestas, podemos construir cercas para proteger os animais, mas não suficientemente altas para barrar o acesso de pessoas famintas.

Como as pessoas alimentadas não destruirão as florestas, não há necessidade de cercas. A agricultura pode se tornar uma oportunidade para proteger a floresta ao intensificar a produção de alimentos na mesma área de terra. Se chegarmos a 2050 sem reduzir a perda de alimentos e melhorar as dietas das pessoas, pelo menos teremos aumentado a produtividade da agricultura.

A preocupação com o aumento da população existe. O livro "The Population Bomb", publicado em 1969, previa a morte por fome e subnutrição de 1 bilhão de pessoas. Não percebeu a Revolução Verde em curso. Em 1970, Norman Borlaug, considerado o pai desse movimento, ganhou o Prêmio Nobel da Paz. A ciência e a tecnologia afastaram o medo do crescimento populacional.

Hoje, vivenciamos o fim desse processo. A mulher gerava, em média, cinco filhos em 1950, contra pouco mais de dois agora. Teremos mais crianças nascidas no mundo neste ano do que no próximo. A população mundial aumenta porque as pessoas vivem mais tempo, mas isso não será para sempre.

Se chegarmos aos próximos trinta anos com a produtividade em contínuo aumento, não precisaremos de mais alimentos pela primeira vez na história. Nesse aspecto, as coisas tornar-se-ão mais fáceis.

Sem desmatar florestas e esvaziar rios, lagos e aquíferos, a agricultura salvará o Planeta. Perguntamos se seremos permitidos a fazer isso. Enquanto cientista, sou otimista; acredito na ciência e na tecnologia. Mas, quando penso em termos de regulamentação, sou pessimista. Não tenho certeza se teremos a permissão para chegar lá.

O futuro do Planeta depende de conquistarmos ou não a confiança do público para levar essas tecnologias ao mercado. Esperamos que, por meio dessa nova organização, engajada com os nossos colegas ao redor do mundo, possamos contar melhor a nossa história. Precisamos de conversação com o público para salvar o Planeta. ■

O ÚNICO **MULTISSÍTIO BIOLÓGICO** QUE CONTROLA A **ANTRACNOSE**

(*COLLETOTRICHUM TRUNCATUM*)

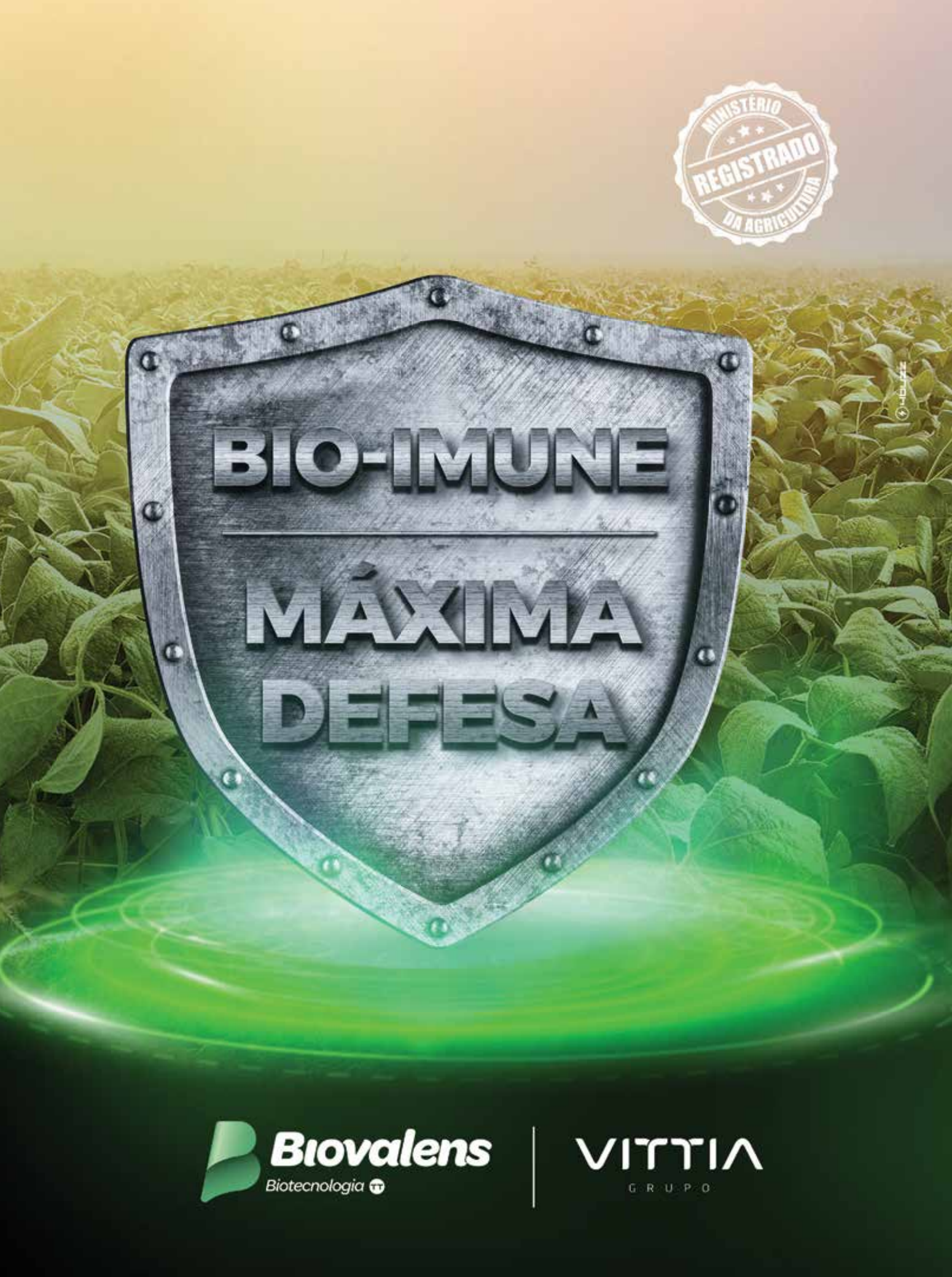
Bio-Imune®

A antracnose (*Colletotrichum truncatum*) é uma das principais doenças que afetam a fase inicial da formação das vagens de culturas como a soja e o feijão. Seu poder destrutivo causa lesões, apodrecimento ou abertura das vagens imaturas, comprometendo a produtividade no final da safra.

O Bio-Imune é o fungicida multissítio biológico inovador que veio para solucionar seu problema contra essa doença.

www.**biovalens**.com.br

Agricultor, evite riscos.
Use somente produtos registrados no Ministério da Agricultura.


MINISTÉRIO
REGISTRADO
DA AGRICULTURA
BIO-IMUNE
MÁXIMA
DEFESA
Biovalens
Biotecnologia
VITTIA
GRUPO



ESPECIAL CAFÉ

NOVO CENÁRIO, MAS COM MANUTENÇÃO DO CORRETO



SILAS BRASILEIRO
Presidente executivo do Conselho Nacional do Café (CNC)

Em 2019, celebramos a 14ª edição do Caderno Café, em parceria com a Fundação Getulio Vargas (FGV), e vivemos o primeiro ano de uma nova gestão no nosso País, apresentando outras diretrizes e posicionamentos.

Nesse cenário de alterações, temos de ser equilibrados e racionais, mantendo as positividades que geram retorno, como, no exemplo da cafeicultura, os investimentos em pesquisa, que, nos últimos vinte anos, somaram R$ 200 milhões e prepararam os produtores para momentos como o de crise de preços pelo qual passamos.

Investir para aumentar a produtividade e baixar custo foi o caminho que adotamos como representantes da produção brasileira de café. Olhamos para os preços praticados pelo mercado sim, mas com foco em sermos competitivos, com base em custos, produtividade e qualidade.

O mercado responderá, e sairemos fortalecidos da crise, visto que somos um país que tem política para o setor. Por meio do Conselho Deliberativo da Política do Café (CDPC), esse alicerce criado por nós no sentido de aproximar a cadeia de café surtirá efeito na prática do dia a dia.

O CDPC, composto pela iniciativa privada e pelo Governo, tem como objetivo unir produção, indústria e exportação para formular a política do café e, acima de tudo, preservar o Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé), o banco da cafeicultura que nos dá suporte para diminuir a concentração da oferta no momento da colheita e distribuir o produto ao longo de doze meses.

São R$ 6 bilhões à disposição da cafeicultura por meio das cooperativas de crédito e de outros agentes financeiros, com baixa taxa de juros. Aliás, a tendência de redução na aplicação dos juros nos dá oportunidade para tomar recursos de outras instituições, como bancos oficiais e privados, que, hoje, investem no café por acreditar que ele é um investimento seguro.

Vivemos um momento com inflação baixa e disponibilidade de recursos, o que nos torna extremamente competitivos. Participamos com 35% do mercado mundial, e nenhum país pode comparar o seu custo de produção ao do Brasil.

Investimos na qualidade do nosso café! Produzimos café de qualidade para atender qualquer exigência do mercado consumidor.

Temos o nicho de cafés especiais, a evolução do solúvel na abertura de novos mercados, o comércio ativo por meio das cooperativas e dos exportadores, o consumo interno em crescimento contínuo pelo trabalho permanente da indústria de torrado e moído no sentido de aprimorar a qualidade e

a fiscalização e o *barter* e as travas para vendas futuras, que garantem renda para os produtores.

Esse é um Brasil competitivo e que desponta como uma nação atrativa para investidores internacionais, pois tem um governo sério que trabalha e inspira confiança para o mercado ávido por aplicar recursos no País.

Tivemos a aprovação pelo Congresso da reforma da previdência e da Medida Provisória nº 881/19, a MP da Liberdade Econômica, que flexibiliza a geração de emprego e a oportunidade de criação de pequenas empresas. A seguir, a reforma tributária levar-nos-á a acreditar na solidez do nosso País, atraindo – reafirmamos – a confiança do mercado internacional com investimentos substantivos no Brasil.

Como braço operacional do cooperativismo brasileiro de café, quando vemos as perspectivas de aumento do consumo, afirmamos que temos competência para suprir o mercado, seja qual for a sua necessidade, pois as cooperativas estão prontas para atender qualquer volume da demanda. Além disso, os agentes financeiros estão prontos para, caso necessário, financiar o setor com recursos para custeio, estocagem, para, enfim, apoiar a produção.

O momento atual é de uma crise aguda em nível mundial, pois os preços aviltados levam-nos, às vezes, a tomar medidas imediatistas que, em vez de beneficiar os nossos produtores, podem beneficiar os demais países que produzem café – isso em razão de estes não terem uma política cafeeira como no Brasil.

Somos sustentáveis, temos qualidade e, embora os preços no momento não sejam remuneradores, podemos antever que permaneceremos no mercado.

Teremos equilíbrio entre oferta e demanda devido à baixa safra de 2019 e ao comprometimento com a produção em 2020, em razão dos baixos tratos culturais e da condição climática adversa. Isso nos faz crer que a próxima colheita se enquadrará dentro da média da nossa produção; isso sem levar em consideração os baixos estoques brasileiros.

Por essas considerações, acreditamos que a cadeia de café poderá transpor este momento e já podemos antecipar que o fim da crise está muito próximo. Acreditamos na competência dos nossos produtores e no apoio do Governo na superação dos desafios que estamos vivenciando.

O momento atual leva-nos a uma reflexão e à certeza de que as propostas devem partir dos segmentos que integram a cafeicultura, que monitoram e vivem a realidade de cada setor, e, como fortalecimento, devem contar com o apoio dos nossos parlamentares. Um abraço e ótima leitura!

FORTALECIMENTOS INTERNO E EXTERNO DOS CAFÉS SOLÚVEIS DO BRASIL



AGUINALDO LIMA
Diretor de Relações Institucionais da Associação Brasileira da Indústria de Café Solúvel (ABICS)

Desde 2018, quando assinou um projeto setorial com a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil), a ABICS intensificou a sua ação institucional para alavancar as exportações do setor e incentivar um maior consumo interno da bebida.

O primeiro fruto colhido foi a criação de uma marca "Crie & Curta – Cafés Solúveis do Brasil" ("Explore & Enjoy – Instant Coffee Brazil"), que foi desenvolvida após um trabalho de *branding* voltado para inteligência de mercado, defesa de interesses, certificações internacionais e materiais promocionais e de comunicação.

A criação dessa identidade fortaleceu a imagem dos cafés solúveis brasileiros mundialmente, e, por meio de um ranqueamento de países-alvo, ampliou-se a promoção e a participação em mercados tradicionais, além de se abrirem novas fronteiras ao produto nacional.

Resultado: o Brasil quebrará recorde na exportação de café solúvel em 2019, remetendo 4,00 milhões de sacas ao exterior, superando a marca de 2016, até então histórica, de 3,87 milhões de sacas embarcadas.

Essa projeção embasa-se no fato de, nos dez primeiros meses deste ano, termos exportado 3,34 milhões de sacas, com alta de 9,5% na comparação ao mesmo período de 2018 e de 4,2% sobre 2016.

Voltando os olhos ao mercado interno, a ABICS realizou, em 2019, cinco "Cuppings de Café Solúvel" para padronizar a classificação da bebida. As atividades, coordenadas pela consultora Eliana Relvas e com a participação de industriais

e pesquisadores, visam alcançar o máximo conhecimento sobre os atributos dos mais diversos tipos de café solúvel.

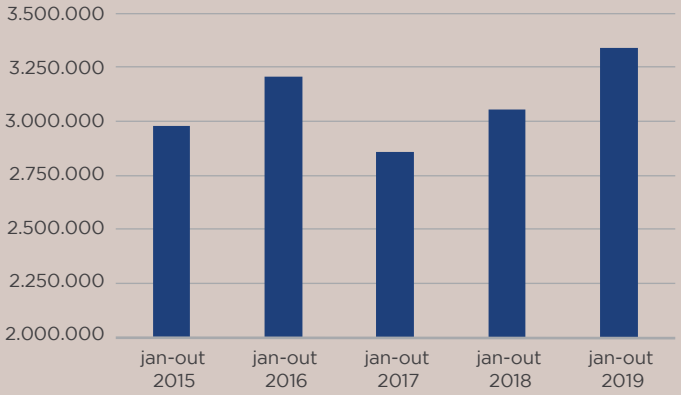
Alcançamos respostas para perguntas como: é possível ter um amplo processo de classificação para os solúveis? Existem categorias explicitamente diferenciadas para o consumidor? Como preparar corretamente para obter os melhores resultados nas xícaras? Quais são as temperaturas e os volumes ideais de água e os principais atributos a ser valorizados?

Existe uma classificação ampla de categorias de qualidade, métodos de preparo e atributos discutidos profundamente para cafés torrados e moídos e para os verdes. Considerando o aumento do consumo no Brasil, o conhecimento sobre o solúvel se tornou uma necessidade para o crescimento do setor, e a ABICS investe nesse sentido.

A conclusão dos trabalhos para a criação de uma inédita e comum metodologia de análise sensorial para o café solúvel gerará referências até então existentes, mas não padronizadas, pois cada indústria possui os seus próprios procedimentos.

Diante disso, fizemos os investimentos e, agora, temos condições para avaliar com excelência os diversos tipos de café solúvel do Brasil e do mundo, aperfeiçoando o produto na conquista de mais consumidores.

EXPORTAÇÃO BRASILEIRA DE CAFÉS SOLÚVEIS
(MILHÕES DE SACAS)



O Brasil se mantém líder mundial em produção e exportação de café solúvel e sempre será vanguarda quando se pensa em investimentos para o aprimoramento de cada segmento da cafeicultura.

Com a imagem e a marca institucional das indústrias do setor, a ABICS permanecerá hasteando a sua bandeira para fortalecer a liderança global do Brasil, sob a égide de que "a nação do café" também é "a nação do café solúvel".

RECORDES DE PRODUÇÃO E EXPORTAÇÃO DE CAFÉ NÃO REFLETEM REMUNERAÇÃO DOS CAFEICULTORES





BRENO PEREIRA DE MESQUITA
Presidente da Comissão Nacional de Café da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

MACIEL ALEOMIR DA SILVA
Coordenador de Produção Agrícola da CNA

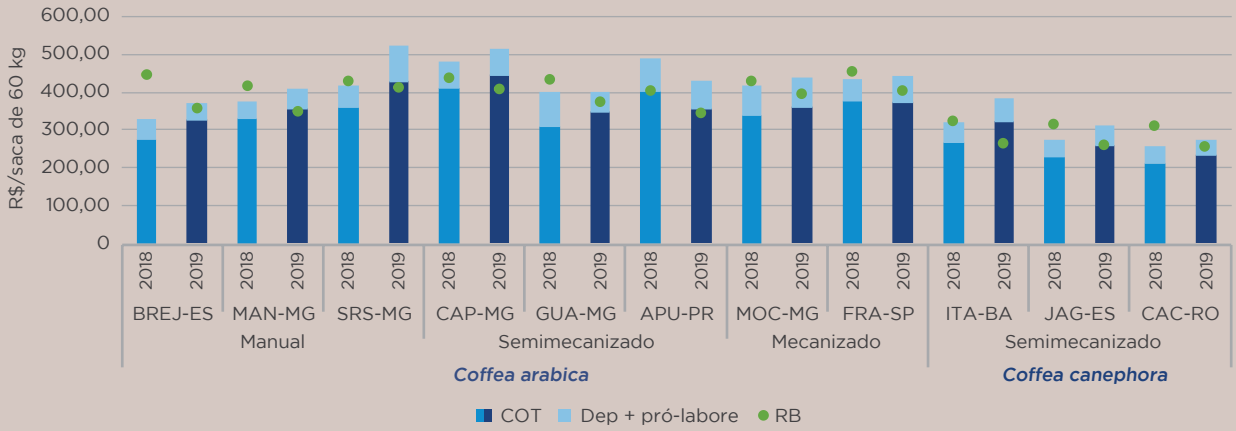
A cafeicultura brasileira tem ampliado significativamente o seu desenvolvimento tecnológico para que possa aumentar os níveis de produtividade e se tornar mais competitiva. Esses resultados podem ser verificados com a expansão da produção nos últimos anos, acompanhada da redução da área produtiva. Os recordes são recorrentes, como o de produção vivenciado em 2018 e, possivelmente, o de exportação esperado para 2019. No entanto, os indicadores técnicos e econômicos apontam que a remuneração financeira dos cafeicultores não tem sido digna de recordes. Em crise financeira, a base da cadeia produtiva vive um dos seus piores momentos e nos faz questionar até quando o pilar econômico da sustentabilidade estará de pé.

O projeto Campo Futuro, da CNA em parceria com o Centro de Inteligência em Mercados da Universidade Federal de Lavras (CIM/UFLA), analisou os dados de custo de produção das principais regiões produtoras de *Coffea arabica e Coffea canephora* do Brasil, que apontam para a descapitalização da cafeicultura brasileira em 2019.

Nas regiões produtoras de *Coffea arabica,* verificou-se, em julho de 2019, um Custo Operacional Total (COT) médio de R$ 433,05/saca. Nesse mesmo período, o preço médio de venda foi de R$ 374,17/saca, 13,6% inferior ao COT, o que resultou em uma Margem Líquida média (ML) de -R$ 58,87/saca.

COMPARATIVO ENTRE O COT E A RB DOS MUNICÍPIOS DO PROJETO CAMPO FUTURO

(MILHÕES DE SACAS)



Nota: COT = Custo Operacional Total; Dep = depreciação; RB = Receita Bruta
Regiões: Brejetuba (BREJ-ES), Manhumirim (MAN-MG), Santa Rita do Sapucaí (SRS-MG), Capelinha (CAP-MG), Guaxupé (GUA-MG), Apucarana (APU-PR), Monte Carmelo (MOC-MG), Franca (FRA-SP), Itabela (ITA-BA), Jaguaré (JAG-ES), Cacoal (CAC-RO)

Para os produtores de *Coffea canephora,* o impacto da redução dos preços na remuneração dos cafeicultores foi ainda maior. Para o mês de julho de 2019, o COT médio foi de R$ 319,02/saca, ao passo que o preço médio de venda verificado no mesmo período foi de R$ 254,48/saca. Essa diferença resultou em uma ML de -R$ 64,53/saca.

Os números mostram que, apesar de todo o desenvolvimento tecnológico dos últimos anos, a cafeicultura brasileira é fortemente dependente de mão de obra. Isso faz com que os custos de produção aumentem substancialmente ano a ano. Além disso, o incremento dos gastos com fertilizantes e defensivos – que são, na sua maioria, importados e influenciados pela desvalorização do real – também contribui para esse aumento de custo.

Somado ao crescimento constante dos custos, o processo de descapitalização dos produtores está sendo intensificado pela queda contínua dos preços no mercado internacional, o que tem se refletido fortemente no mercado interno, com o agravante das incertezas promovidas pelas oscilações cambiais, bem como com a ausência de ações de incentivo ao consumo no mercado internacional.

A fim de amenizar os impactos sobre os produtores e promover o desenvolvimento sustentável da cafeicultura, a CNA e o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) buscam constantemente o desenvolvimento e a ampliação de programas de assistência técnica e gerencial das propriedades de café. No entanto, o comportamento do preço no mercado internacional impede grandes avanços nos resultados econômicos, mesmo com as ações de aumento de competitividade e eficiência e de redução de custos.



DE OLHO NA CHINA




MARCOS ANTONIO MATOS
Diretor-geral do Conselho dos Exportadores de Café do Brasil (CECAFÉ)

EDUARDO HERON SANTOS
Diretor técnico do CECAFÉ

Enquanto a guerra comercial entre os EUA e a China não chega ao fim, o mercado de *commodities* continua sendo impactado com a grande volatilidade de preços, causada pelas incertezas de um eventual acordo "fase 1" ainda em 2019. Segundo os analistas de mercado, os americanos continuam avaliando com cautela as propostas apresentadas por Pequim, e a conclusão das negociações dá sinais de que o acordo poderá ser adiado para 2020.

Entretanto, os chineses continuam ávidos por importar do agronegócio brasileiro. Tal afirmação pode ser observada nas aquisições realizadas nos últimos cinco anos, que saltaram de US$ 22,1 bilhões, em 2014, para US$ 35,4 bilhões, em 2018, representando um aumento de 60,2% e um acréscimo de US$ 13,4 bilhões na balança comercial brasileira.

Na comparação entre 2017 e 2018, os chineses aumentaram em 33,1% as compras do agronegócio brasileiro, passando de US$ 26,6 bilhões para US$ 35,4 bilhões, segundo dados da Secretaria de Comércio Exterior do Ministério da Economia (SECEX/ME). Mesmo com a continuidade da guerra comercial com os EUA, a China mantém a sua participação na balança comercial em cerca de 31,8% de janeiro a outubro.

Com relação às exportações do café brasileiro e ao consumo do produto na China, as expectativas são bem positivas! Estimativas não oficiais indicam que a população chinesa consome cerca de 4,5 bilhões de xícaras de café por ano com a sua população de 1,4 bilhão de habitantes. Como referência, os norte-americanos consomem 130 bilhões de xícaras com os seus 325 milhões de habitantes.

Esse potencial de consumo do mercado chinês tem proporcionado uma disputa interessante na ampliação de *market share* entre Luckin Coffee e Starbucks.

Segundo os resultados do terceiro trimestre de 2019 (terminado em setembro), a chinesa Luckin Coffee aumentou em 209,5% o número de lojas no país, passando de 1.189 para 3.680 estabelecimentos na comparação ao mesmo período de 2018, projetando encerrar o ano civil com 4.500 cafeterias.

Já a Starbucks elevou, em média, cerca de 26% a.a. o número de estabelecimentos nos últimos dez anos e possui, atualmente, cerca de 4.125 lojas no país, projetando alcançar 6.000 até 2022.

Quanto às exportações brasileiras de café para a China, os embarques para o país aumentaram 161,1% nos últimos cinco anos, passando de 68,7 mil sacas para 179,3 mil, ocupando, em 2018, o 30º lugar nos destinos dos cafés do Brasil e gerando uma receita cambial de US$ 29,6 milhões.

É importante ressaltar que as importações chinesas de café não crescem apenas em volume.

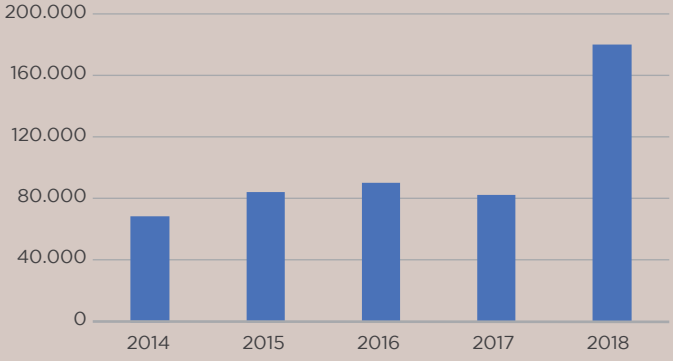
Conforme apresentado no jantar de gala da Swiss Coffee Trade Association (SCTA) em Basel (na Suíça), em outubro deste ano, o aumento das importações chinesas na última década foi acompanhado pelo incremento das compras de café

EXPORTAÇÕES DO AGRONEGÓCIO BRASILEIRO PARA A CHINA

ANO CIVIL	US$ bilhões	Part. % nas exportações do agro
2014	22,1	22,8
2015	21,3	24,1
2016	20,8	24,5
2017	26,6	27,7
2018	35,4	35,0
2019*	25,5	31,8

*Janeiro a outubro
Fonte: SECEX/ME

EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS DE CAFÉ PARA A CHINA



Fonte: CECAFÉ

Arábica brasileiro, em maior escala, e, também, da Colômbia, em detrimento das importações de café Robusta do Vietnã.

Tal fato demonstra uma crescente sofisticação dos hábitos de consumo dos chineses, o que promove ainda mais oportunidades ao café brasileiro.

Esses resultados da comercialização e do consumo de café na China são bem animadores, e o governo chinês tem regularmente destacado a importância do café do Brasil como um dos principais produtos do agronegócio brasileiro de interesse daquele país.

Como segunda potência econômica mundial, a China é a primeira exportadora mundial e a maior detentora de reservas cambiais do mundo, tendo registrado um crescimento de 6,6% do seu Produto Interno Bruto (PIB) em 2018.

Tendo a China uma população estimada de 1,4 bilhão de pessoas e cerca de 600 milhões situados na classe média-alta, segundo dados apresentados na 8ª edição do Coffee Dinner & Summit da Câmara de Comércio Brasil-China (CCBRC), o setor brasileiro tem grandes oportunidades e desafios, devendo estar cada vez mais preparado para atender a crescente demanda chinesa com a qualidade e a sustentabilidade dos nossos cafés.

DIFERENCIANDO O VERDADEIRO CAFÉ ESPECIAL



VANUSIA NOGUEIRA
Diretora executiva da Associação Brasileira de Cafés Especiais (BSCA, na sigla em inglês)

Em um mercado competitivo como o cafeeiro, os consumidores vivem o desafio de encontrar sua marca preferida. Atualmente, porém, o *challenge* cresceu devido ao uso distorcido de termos como "especial" e "*gourmet*" em embalagens com produtos que não possuem essas qualificações.

A utilização indevida tem causado confusão aos consumidores, pois há cafés convencionais sendo rotulados como "especiais" e "*gourmet*" e vendidos, contudo, ao preço do que realmente são: tradicionais. Os convencionais são próprios ao consumo e não fazem mal, mas estão muito aquém da excelência dos verdadeiros cafés especiais.

Representando institucionalmente o segmento nas esferas nacional e mundial, a BSCA impôs-se a obrigação de facilitar a identificação dos verdadeiros produtos dotados de excelência e criou o Selo de Qualidade BSCA.

É uma certificação complexa, rigorosa e automatizada, desde a entrada da amostra e a avaliação por profissionais criteriosamente selecionados, passando pela emissão e pelo controle, até chegar aos envios.

Tal Selo assegura ao consumidor que o café que ele está consumindo é, de fato, especial e traz mais reconhecimento e credibilidade aos produtores brasileiros em relação à sustentabilidade, sendo o único a atestar o produto do plantio ao consumo e, portanto, singular para a identificação de um café especial.

O primeiro passo para o produtor requerer o Selo de Qualidade BSCA é a certificação da propriedade, a qual garante que o café foi produzido dentro dos pilares ambientais, sociais e econômicos corretos.

A certificação garante uma produção sustentável, mas não avalia ou garante que o perfil sensorial final seja satisfatório. Contudo, quando se cuida dos processos, as chances de se ter um café de qualidade sempre aumentam. É nessa etapa que entra a BSCA, para ajudar o produtor no processo de qualidade do grão.

Em um rigoroso processo, a Associação recebe as amostras dos associados certificados e as analisa quanto a tipo, cor, aspecto, peneira e torra para cafés crus e bebida limpa, doçura, acidez, corpo, sabor, gosto remanescente e balanço geral para cafés torrados e moídos. Para obter o Selo, o café deverá obter pontuação igual ou superior a oitenta pontos (escala de zero a cem) e não apresentar nenhum parâmetro igual a zero. Se reprovada, é invalidada.

Um café de gôndola só é verdadeiramente especial se tiver o Selo de Qualidade BSCA na sua embalagem, trazendo, no seu corpo, não só sabor, *after taste* e todos os atributos intrínsecos a essa bebida extremamente prazerosa e diferenciada, mas, principalmente, a rastreabilidade do produto – também com auditorias de avaliação aleatória de cafés adquiridos em pontos de venda –, apresentando a sua origem única e a história sustentável de produtores, propriedades e famílias exemplares no cultivo do fruto! E o consumidor tem acesso a isso tudo por meio do QR *code* do Selo. ■

A ***Agroanalysis*** agradece a participação e a colaboração de Paulo André C. Kawasaki, coordenador da Assessoria de Comunicação do CNC.



PROGRAMA ESPECIALÍSSIMO PREMIA OS MELHORES CAFÉS DA SAFRA 2018/19

A comissão julgadora definiu o *ranking* dos melhores cafés do Especialíssimo, que receberam uma premiação total de R$ 190 mil em um evento especial em Guaxupé-MG.

cooxupé

A COOPERATIVA Regional de Cafeicultores em Guaxupé (Cooxupé) realizou um evento especial para fazer a divulgação e a premiação do Programa Especialíssimo em 26 de outubro último, no Cube Operários, em Guaxupé-MG.

Durante o evento, foi apresentado o *ranking* dos cinquenta melhores lotes de café da safra 2018/19, que foram avaliados pelo Programa Especialíssimo e receberam uma premiação total de R$ 190 mil.

O produtor Edenilson Aparecido de Carvalho, de Caldas-MG, conquistou o primeiro lugar, com o lote de café sendo considerado o melhor da safra deste ano, e recebeu um prêmio de R$ 25 mil.



Da esquerda para a direita, os cooperados Marcelo Vinícius Martins, Edenilson Aparecido de Carvalho e José Antônio Lemos

O segundo lugar ficou com o cooperado José Antônio Lemos, de Carmo do Rio Claro-MG, que ganhou R$ 20 mil. E o terceiro ficou com Marcelo Vinícius Martins, de Cabo Verde-MG, com um prêmio de R$ 15 mil.

Para o quarto lugar, a premiação foi R$ 10 mil, enquanto o quinto lugar recebeu R$ 9 mil. O sexto, o sétimo, o oitavo, o novo e o décimo lugares ganharam, respectivamente, R$ 8 mil, R$ 7 mil, R$ 6 mil, R$ 5 mil e R$ 4 mil. Já os lotes classificados entre o 11º e 50º lugares foram premiados com R$ 2 mil para cada.

O evento foi apresentado pela jornalista Paula Varejão, que comanda o programa Tá na Hora do Café, do canal Mais Globosat, e é considerada uma referência no segmento. Ela fez, também, uma apresentação sobre o cenário de cafés especiais no mundo.

O PROGRAMA

O Especialíssimo da Cooxupé analisou lotes finalistas nas categorias Natural e Cereja Descascado, acima de 83 pontos. O processo de avaliação foi realizado por uma comissão julgadora formada por sete especialistas e comandada pelo professor Flávio Borém, da Universidade Federal de Lavras (UFLA).

Na safra deste ano, concorreram os cafés produzidos e depositados na Cooxupé ou na SMC Specialty Coffees até 21 de setembro último, com o Cadastro Ambiental Rural (CAR) atualizado, sustentabilidade comprovada e fidelidade na cooperativa.

EDIÇÃO LIMITADA DO CAFÉ SAFRA ESPECIAL 2019 TRAZ NOVIDADES

A edição especial e limitada do Café Safra Especial 2019, produzido pela Torrefação Cooxupé, além de contar com um *blend* exclusivo a partir de cafés selecionados entre os finalistas do Programa Especialíssimo, apresenta novidades, como as versões em grão, moído e *drip coffee*.

Para criar o *blend* das versões café moído e *drip coffee*, foram utilizados cafés dos produtores Edison Ferreira Cardoso, de Nova Resende-MG, Haroldo Vilela de Carvalho, de Conceição da Aparecida-MG, José Carlos Rodrigues, de Ibitiúra de Minas-MG, e Lucas Heleno Bachião D'Olivo, de Nova Resende-MG.

Já a versão em grãos conta com um *blend* criado com os cafés finalistas do Especialíssimo dos produtores Ivani Cândido Correia, de Campestre-MG, e Lúcio Henrique dos Reis, de Cabo Verde-MG.

A composição de *blends* da edição limitada do Café Safra Especial 2019 foi preparada por degustadores Q-Graders, que selecionaram os melhores lotes do Programa Especialíssimo.

REALIDADE AUMENTADA

A embalagem do Café Safra Especial 2019 conta, também, com um sistema de realidade aumentada, que pode ser acessado por meio de um aplicativo disponível gratuitamente nas lojas Google Play e Apple Store em celulares e *tablets*.

Após instalar o aplicativo, basta o usuário apontar a câmera para a ilustração disponível na embalagem e terá acesso a um vídeo com informações complementares sobre o produto, de forma muito interativa.

O Café Safra Especial 2019 está disponível para compra, também, na loja virtual da Cooxupé, que pode ser acessada no site https://loja.cafescooxupe.com.br/.

RELAÇÃO DE COOPERADOS PREMIADOS NO PROGRAMA ESPECIALÍSSIMO

POSIÇÃO	Cooperados	Núcleo
1°	Edenilson Aparecido de Carvalho	Campestre
2°	José Antônio Lemos	Carmo do Rio Claro
3°	Marcelo Vinícius Martins	Cabo Verde
4°	Joaquim Pereira Lopes	Carmo do Rio Claro
5°	José Carlos Rodrigues	Campestre
6°	Virgolino Adriano Muniz	Cabo Verde
7°	Guilherme Cássio Fileni	Cabo Verde
8°	Eliandro Zaneti	Campestre
9°	Cláudio César Zamarco	Monte Santo de Minas
10°	Nair Gonçalves Siqueira	Cabo Verde/ Botelhos



O presidente Carlos Augusto Rodrigues de Melo destaca a importância do programa para as famílias dos cooperados



O vice-presidente Osvaldo Bachião Filho explica como o Especialíssimo traz valor agregado ao cooperado

AMOR E RECONHECIMENTO

Sobre a sua conquista, o produtor campeão Edenilson Aparecido de Carvalho afirmou: "É uma grande alegria. Eu amo o que faço. Eu sempre trabalhei na lavoura, desde criança, e faço tudo com muito amor e carinho. Eu quero agradecer a todos da Cooxupé pelo apoio".

O presidente da Cooxupé, Carlos Augusto Rodrigues de Melo, considera que o Programa Especialíssimo é o reconhecimento da dedicação de todos os cooperados na busca pelo melhor. "Esse é o resultado de muito trabalho, dedicação e amor a esse produto tão nobre que é o café. O Especialíssimo é a valorização da família, do produto e de todos os nossos cooperados", afirmou.

Já o vice-presidente da Cooxupé, Osvaldo Bachião Filho, ressaltou que a proposta do programa é valorizar o trabalho dos produtores e proporcionar maior ganho. "O Especialíssimo vem para incentivar o cooperado a produzir com mais valor agregado e ganhar mais competitividade no mercado de café", disse. ■

O ESTADO DA ARTE DA LEI DA INTEGRAÇÃO



FÁBIO DE SALLES MEIRELLES

Presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de São Paulo (FAESP)

APÓS MUITO debate e negociação, foi aprovada a Lei n° 13.288/16, intitulada Lei da Integração, que dispõe sobre os contratos de integração, obrigações e responsabilidades nas relações contratuais entre produtores integrados e integradores.

Os contratos de integração não se inseriam no modelo de parceria do Estatuto da Terra e, tampouco, no modelo de compra e venda do Código Civil. Constatou-se que a relação de integração precisava de balizas, de modo a tornar transparentes a negociação e as atribuições dos contratantes.

Em regra, na produção de frango, o produtor recebe da indústria pintos, ração, medicamentos e assistência técnica, encarregando-se por infraestrutura do aviário, mão de obra e capacidade administrativa. O faturamento do integrado depende da eficiência produtiva, calculada a partir da conversão alimentar, da sanidade, da mortalidade e de outras questões comerciais, parâmetros que nem sempre são claros e objetivos na perspectiva dos produtores integrados.

Por essa razão, entendeu-se que Lei da Integração era necessária para acompanhar a modernização do agronegócio, harmonizar o relacionamento e estabelecer marcos contratuais nas cadeias integradas. Passados três anos da aprovação da Lei, pergunta-se: qual foi o seu efeito prático?

A Lei não trouxe prazo para a sua aplicação e, assim, também não estabeleceu sanções para o descumprimento das suas diretrizes, razão pela qual ela não contou com ampla adesão das cadeias integradas de suínos e aves.

Deste modo, entidades de representação dos produtores, como a FAESP, estão realizando um trabalho coordenado com vistas a viabilizar a adequação das integrações aos marcos legais fixados na mencionada Lei.

Por um lado, não há aplicação integral da Lei, mas, por outro, há bons exemplos de implementação e ganhos recíprocos de relacionamento e eficiência gerados a partir da adaptação dos contratos e da implementação da Comissão de Acompanhamento, Desenvolvimento e Conciliação da Integração (CADEC), instância formal de diálogo e negociação entre a integradora e o integrado.

A despeito do Fórum Nacional de Integração (FONIAGRO) não ter ainda estabelecido a metodologia de cálculo do valor de referência para a remuneração do integrado, o fato é que, em muitos locais, houve avanços consideráveis na pactuação de cláusulas contratuais e na definição de critérios técnicos, sanitários e comerciais.

Esses exemplos são inspiradores para os nossos esforços de levar conhecimento técnico e jurídico, informação e capacitação aos integrados, a fim de instrumentalizá-los para a efetiva aplicação dessa importante Lei, que não deve ser interpretada como um fator gerador de confronto, mas como uma oportunidade de amadurecimento da relação "ganha-ganha" nas integrações.

A Lei n° 13.288/16 está aí justamente para integrar e aprimorar as operações intracadeia, exatamente o que é necessário para agregar valor à produção, por meio de ganhos de eficiência, sanidade e qualidade dos alimentos, com sustentabilidade ambiental e responsabilidade social.

O caminho é longo e as dificuldades existem, mas os resultados aparecem e são duradouros, em favor dos integrados e dos integradores. O desenvolvimento das cadeias integradas, com geração de empregos e renda, depende do fortalecimento dos seus elos constituintes e, em especial, dos produtores rurais, base de sustentação do agronegócio brasileiro. ■

DIÁRIO DE BORDO

DECRETO SURPRESA

ROBERTO RODRIGUES

Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV (FGV Agro)
e embaixador especial da FAO para as Cooperativas



EM SETEMBRO de 2009, depois de um amplo estudo realizado pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), o governo federal estabeleceu, por meio de um Decreto, o zoneamento agroecológico da cana-de-açúcar em todo o território nacional. No trabalho, que identificou 40 milhões de hectares com aptidão total favorável ao cultivo da gramínea (entre 64 milhões favoráveis, mas sem aptidão total), ficavam excluídas três regiões: a Amazônia, o Pantanal e a bacia do Alto Paraguai, que é o nascedouro da maioria dos rios pantaneiros. Essas áreas eram então consideradas ambientalmente frágeis e com clima inadequado para a cana, além das limitações logísticas inerentes a elas.

A iniciativa derivava de duas preocupações: que a produção de cana não gerasse devastação ambiental nem competição em relação à de alimentos, fatos que aconteciam em outras partes do mundo. Isso daria muita credibilidade ao modo de produção brasileiro, destruindo eventuais acusações de desmatamento para a atividade canavieira, isto é, o etanol aqui gerado seria considerado plenamente sustentável.

O zoneamento não baniu canaviais já existentes no Acre, no Pará e no Amazonas, mas proibiu o crédito para expandir aí a produção ou a instalação de novas usinas. A restrição não era focada na Amazônia Legal, e sim no bioma Amazônia, onde, aliás, chove muito, o que prejudica as qualidades industriais da cana. Na época do Decreto – que foi muito bem recebido pelo setor –, a região tinha menos de 3% das usinas brasileiras (cerca de doze unidades industriais).

Tudo corria muito bem, apesar de algumas tentativas para mudar o Decreto feitas por interessados das diversas regiões fechadas, todas fracassadas. Mas, em 6 de novembro último, o Governo surpreendentemente revogou o Decreto.

Não resta dúvida de que era tempo de uma atualização do zoneamento, sobretudo em função de novas tecnologias que permitem, por exemplo, a colheita mecanizada em áreas com declividade de até 18%, enquanto, em 2009, a tecnologia só admitia até 12% – o que entrou no Decreto.

Atualmente, os canaviais ocupam 10,8 milhões de hectares no Brasil, segundo a União da Indústria de Cana-de-Açúcar (UNICA). Supondo que não haverá um aumento na produtividade de cana até 2030 (e isso é absolutamente improvável mesmo), seria necessário plantar mais 11 milhões de hectares com a cultura para o País atender o compromisso de redução de emissões de CO_2 assumido no Acordo de Paris – lembrando que o etanol de cana emite 11% do que é emitido pela gasolina. E não há necessidade de 1 único hectare das regiões amazônicas ou pantaneiras. Ao contrário, o crescimento de canaviais, embora pequeno, vem ocorrendo em áreas de pastagens degradadas do Centro-Oeste e do Sudeste.

Alguns analistas acreditam que a revogação do Decreto poderia vir a prejudicar a visão internacional da inequívoca sustentabilidade do etanol brasileiro de cana. No ano passado, mais de 950 milhões de litros foram exportados para o continente americano, 600 milhões para o asiático e 50 milhões para a Europa. E tudo indica um crescimento dessas exportações, inclusive com o RenovaBio editado em 2017 por Michel Temer e que deve ser implantado a partir de janeiro de 2020, com novos compromissos para atender as metas do Acordo de Paris. Mas uma revisão do Decreto já estava se tornando indispensável. ■

O zoneamento agroecológico da cana-de-açúcar identificou 40 milhões de hectares aptos ao cultivo da gramínea, excluindo a Amazônia, o Pantanal e a bacia do Alto Paraguai.



PRODUZIR

A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA NA AMAZÔNIA

MARCELO VIEIRA
Presidente da Sociedade Rural Brasileira (SRB)

AS QUEIMADAS e o avanço do desmatamento na Amazônia ganharam destaque como o tema mais recorrente do segundo semestre de 2019. Os problemas são relativamente normais nesse período do ano em razão da estação de seca na região, mas tomaram proporções gigantescas com a profusão de informações equivocadas. Os boatos, que tentam comprometer a privilegiada posição do Brasil como potência agrícola mundial, são oportunos para os nossos concorrentes no mercado internacional. Em meio a esse fogo cruzado, ninguém sai mais prejudicado do que o produtor rural, que sofre com as invasões de terras, a grilagem e as ações de madeireiros ilegais.

O momento não poderia ser mais ideal para atacar um dos pontos centrais do problema, mas que é raramente discutido: a ausência de uma regularização fundiária no Brasil. A ocupação desordenada do nosso território ocorre sem um conjunto de medidas jurídicas, urbanísticas, ambientais e sociais para legalizar a titularidade de terras aos seus ocupantes. A falta de regularização é o ponto de partida para os conflitos fundiários, estimula a grilagem e impede qualquer organização ambiental e econômica das propriedades.

Outra grave consequência da ausência de titularidade é a falta de compromisso com a preservação da floresta. Em terras sem dono, não há produtor comprometido em seguir as determinações do Código Florestal, legislação florestal mais exigente do Planeta e instrumento imprescindível para o cumprimento do Acordo de Paris, firmado durante a COP-21. Os produtores em dia com a lei são obrigados a manter um espaço com vegetação nativa de, no mínimo, 80% na Amazônia composto por Reservas Legais (RLs) e Áreas de Preservação Permanente (APPs).

O problema, que se estende por praticamente todo território nacional, tem contornos ainda mais graves na Amazônia, onde centenas de milhares de famílias se instalaram, resultando em mais de 8.500 assentamentos no período de 1970 a 2013, segundo dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Desamparadas por políticas públicas eficientes e sem acesso a recursos financeiros e tecnológicos, muitas dessas famílias recorrem às queimadas e ao desmatamento para renovar pastagens e controlar pragas.

Segundo um levantamento da campanha Seja Legal com a Amazônia, da qual a SRB é uma das participantes, cerca de 60% das florestas da região estão em terras públicas. Hoje, a grilagem e as ocupações ilegais são a face mais visível da falta de uma política de governança de terras na Amazônia. Organizações criminosas criam um ambiente de violência e corrupção na região, que não só destrói as riquezas naturais, como intimida os empresários e os produtores rurais.

O bom produtor rural, seguidor da legislação florestal e ambiental mais rigorosa do mundo, não enxerga contradição entre preservar as florestas e aumentar a produção agropecuária no País. É essa a mensagem que levaremos para a comunidade internacional em dois importantes compromissos na Europa neste mês de dezembro: primeiro, em um seminário sobre o agronegócio organizado pela Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil) em Bruxelas; e, depois, durante a COP-25, que será realizada em Madrid. A pauta da Amazônia é relevante e precisa sempre ser debatida com autocrítica pelo agronegócio nacional, desde que respaldada por dados confiáveis, critérios técnicos e ações afirmativas pelo bem da floresta. ■

"A falta de regularização é o ponto de partida para os conflitos fundiários, estimula a grilagem e impede qualquer organização ambiental e econômica das propriedades."

OPINIÃO

PROSPECTAR O FUTURO É FAZER PARTE DELE

GUSTAVO DINIZ JUNQUEIRA

Secretário da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo



O QUE esperamos do Brasil em dez ou vinte anos? E qual é o papel do agronegócio nesse cenário? Temos as missões de alimentar o mundo e, ao mesmo tempo, proteger o nosso meio ambiente, lutar contra as mudanças climáticas, produzir com qualidade, segurança e emissão negativa de carbono, abrir novos mercados, desenvolver e incorporar cada vez mais tecnologia em todos os processos produtivos.

Esses são alguns dos cenários e tendências que identificamos hoje quando olhamos para o futuro. Os próximos anos são os mais importantes na história do agronegócio. Precisamos criar um sistema de produção de alimentos e bens de consumo do futuro que seja atento às questões ambientais, sociais e econômicas e, principalmente, às exigências dos nossos mercados consumidores.

Prospectando esse futuro e conhecendo as demandas do mundo, nos colocamos um passo à frente na discussão global. Nesse cenário, os setores público e privado precisam, cada vez mais, além de conhecer todas as demandas e as tendências, convergir seus *business plans*. As políticas públicas e os planejamentos estratégicos das empresas estão desalinhados. Com a aproximação desses dois mundos, ganhamos eficiência, foco e produtividade, alinhamos e definimos os conceitos da produção de qualidade e da sustentabilidade e podemos, enfim, trabalhar todos para o desenvolvimento social e econômico do País. Trata-se de otimizar esforços, trabalho e inteligência.

O Brasil precisa ser conhecido e reconhecido pela sua produção de qualidade, com sustentabilidade e tecnologia. Todas as empresas e os produtores que estão no País há dezenas e centenas de anos precisam posicionar-se e demonstrar a realidade da produção, com todos os aspectos positivos, que divergem e diferem muito do que lemos e assistimos na mídia. Críticas, problemas e desafios existem, mas temos a capacidade de superá-los facilmente por meio da convergência de políticas públicas com o planejamento do setor produtivo e o desenvolvimento de tecnologias disruptivas e de alto impacto.

Como fazer isso? Um primeiro passo, sem dúvida, é conhecendo a realidade e definindo e alinhando conceitos, demandas e tendências. Nesse contexto, lançamos, em novembro, a Agro Expo International, idealizada pelo governo do estado de São Paulo para trazer à tona esses debates, assim como unir todos os *players* responsáveis pelas tomadas de decisão futuras para os agronegócios brasileiro e mundial.

O evento, que ocorrerá em 16, 17 e 18 de novembro de 2020, na cidade de São Paulo – *hub* de negócios do País e do mundo –, será uma feira de negócios exclusiva e inovadora, com um conceito diferente de tudo o que existe atualmente. Englobará a visão de futuro do setor, trazendo as principais demandas, tendências e novas oportunidades de investimento e crescimento e alavancando negócios com parceiros globais.

Do plantio à colheita, passando pela transformação em alimentos e bens de consumo, chegando ao consumidor final, com desenvolvimento e aplicação de novas tecnologias e soluções disruptivas, e movimentando e desenvolvendo todo o setor de serviços, com a presença e a união de todo o ecossistema agro na cidade de São Paulo, a Agro Expo promoverá a potência do agro brasileiro e da geração de novos investimentos e negócios para o desenvolvimento econômico do País, o aumento da competitividade e a internacionalização do Brasil. ■

"O Brasil precisa ser conhecido e reconhecido pela sua produção de qualidade, com sustentabilidade e tecnologia."



REFLEXÃO

O CENSO É UM BANCO DE DADOS PARA CONVERSARMOS

MARCELLO BRITO
Presidente do Conselho Diretor da Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG)

ESTÃO DISPONÍVEIS os números finais do último Censo Agropecuário de 2017, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Poucos países do mundo conseguem realizar um levantamento dessa magnitude sobre a estrutura da produção na agricultura, na pecuária e na floresta. Essas estatísticas servem de base para estudos, análises e projeções de um setor da maior importância para o País. Trata-se de uma fonte de informação fundamental para subsidiar as diferentes esferas de governo na elaboração e no acompanhamento das políticas públicas.

O cenário agrícola nacional mudou de forma significativa neste século, em especial entre os Censos de 2006 e 2017. Nesse período, o agronegócio destacou-se nacionalmente como o setor de maior transformação, crescimento e contribuição para a geração de saldos positivos na balança comercial brasileira. O protagonismo e a participação das suas cadeias produtivas consolidaram-se em posições de liderança no *ranking* global. As projeções para os próximos anos das mais renomadas instituições de pesquisa internacionais apontam a continuidade dessa tendência.

Nessa dinâmica, diversos aspectos relevantes emergiram no cenário rural, alguns transitórios e outros permanentes. Precisamos entendê-los sem superficialidades e com muito estudo e pesquisa. As respostas somente virão a partir de uma visão mais atualizada, proporcionada pela estatística censitária. Temos de levar em conta que os resultados do Censo Agropecuário constituem um rico banco de dados para conversarmos e traçarmos planos, tanto do lado interno, como do externo.

Quando se comparam os levantamentos dos Censos de 2017 e 2006, os números agregados deixam de minuciar as particularidades regionais e locais das atividades agropecuárias. Por isso, merecem ser interpretados com critérios específicos. Analisando o País como um todo, a área total e a média, assim como a quantidade de estabelecimentos, houve pequenas variações.

Houve aumentos expressivos tanto na área para irrigação, como na frota de tratores (ambos com +50%). Isso explica em parte a queda na ocupação de pessoal (-10%). O sistema de plantio direto dobrou de tamanho (+17 milhões de hectares). Chegamos a 3,1 milhões de estabelecimentos com telefones (+158%) e 1,4 milhão com internet (+1.790%). A área de lavoura permanente diminuiu (34%) e a de lavoura anual aumentou (14%), enquanto a pastagem natural reduziu (18%) e a plantada cresceu (10%). As matas naturais e as plantadas expandiram, respectivamente, 12% e 83%.

A agricultura classificada como familiar segue necessitando de tratamento prioritário, pois representa 23% do valor da produção e da área total dos estabelecimentos, com 67% do total das pessoas ocupadas, com grande variação entre os estados. De um modo geral, há um envelhecimento quase geral nas estruturas etárias da mão de obra ocupada no campo. Na parte da orientação técnica, cabe uma atenção especial à agricultura de baixa renda, pois 80% dos estabelecimentos não recebem esse tipo de serviço.

Evidentemente, poderíamos acrescentar muito mais informações e, mesmo assim, ficaríamos longe de esgotar esse vasto assunto. Muitos fatos registrados no Brasil também se dão na ordem global. A obra está em construção, e existem acertos a ser feitos. O setor deve crescer muito mais para atender a segurança alimentar de outras nações, voltado para o mercado externo. A realização dos Censos Agropecuários serve de instrumento para nos prepararmos e termos credibilidade para cumprir essa nobre missão. ■

Os dados do Censo Agropecuário são muito importantes como base para estudos, análises e projeções do setor de maior importância para o País.

O FUTURO ESTÁ NO AGRO

O MODERNO AGRONEGÓCIO BRASILEIRO É RESULTADO DA EFICIÊNCIA EMPREENDEDORA DOS PRODUTORES RURAIS, DAS EMPRESAS E ORGANIZAÇÕES, COM INVESTIMENTO EM PESQUISAS E INOVAÇÃO. UMA GRANDE CADEIA PRODUTIVA TRABALHANDO PARA GARANTIR A PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL DE ALIMENTOS, FIBRAS E ENERGIA.

ABAG

REPRESENTANDO O AGRO
NO BRASIL E NO MUNDO

abag
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA
DO AGRONEGÓCIO

FGV PROJETOS

A FGV PROJETOS, UNIDADE DE ASSESSORIA TÉCNICA DA FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS, EM PARCERIA COM O CENTRO DE AGRONEGÓCIOS DA FGV (GV AGRO), DESENVOLVE PROJETOS EM AGRONEGÓCIO NO BRASIL E EM 15 PAÍSES NO EXTERIOR.

- ESTUDOS E PESQUISAS
- ESTRATÉGIAS DE CRESCIMENTO
- GESTÃO PARA REDUÇÃO DE CUSTOS
- ANÁLISE DE MERCADO E DE CADEIAS PRODUTIVAS
- ADEQUAÇÃO AO MEIO AMBIENTE E AO CÓDIGO FLORESTAL

NOSSAS SOLUÇÕES SÃO PLANEJADAS PARA ATENDER ÀS DEMANDAS ESPECÍFICAS DE CADA ORGANIZAÇÃO

Projetos desenvolvidos para:

BID, VALE, Fibria, UNICA, ABC Agência Brasileira de Cooperação, Ministério das Relações Exteriores, Governo Federal, Brasil

CONTATO:
(21) 3799-6039
DEMANDAS.FGVPROJETOS@FGV.BR
WWW.FGVPROJETOS.FGV.BR

FGV THINK AGRO
Think Tank do Agronegócio Brasileiro